



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 31 - Nº 592 - DE 11 A 25 DE AGOSTO DE 2019 - R\$ 4,00

Política derrotista das centrais sindicais deu tranquilidade ao governo e ao Congresso Nacional

Por esmagadora maioria, a Câmara de Deputados aprovou em segundo turno a reforma da Previdência

Manter no alto a bandeira “Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro e Congresso Nacional”

Pôr em pé a frente única anti-imperialista

Em defesa da estratégia própria de poder do proletariado - o governo operário e camponês

As reformas trabalhista, previdenciária e a lei da terceirização são parte de um programa maior de ataque dos capitalistas à classe operária e demais explorados

Lutemos sem trégua pela reconquista dos direitos arrancados dos oprimidos pela ditadura de classe da burguesia

Tarefa urgente: lutar pela independência política e organizativa da classe operária e demais explorados. Construir o partido revolucionário, marxista-leninista-trotskista

**Teses da Corrente Proletária-POR
ao IV Congresso da CSP-Conlutas**

Combater o derrotismo da frente burocrática

O governo congratulou a Câmara Federal de Deputados e, em especial, seu presidente, Rodrigo Maia, pela vitoriosa aprovação da reforma da Previdência, em segundo turno. A desidratação do projeto original, pretendida pela oposição e perseguida pelas centrais sindicais, não se realizou. Estima-se que haverá uma economia de R\$ 933,5 bilhões, evidentemente, às custas dos assalariados, que sobrevivem na penúria. Os pontos que supostamente desidratariam o projeto já estavam previstos, no caso a aposentadoria rural e o BPC, como parte da farsa. Estava claro que a transformação do sistema de repartição para o de capitalização, tão almejado pelos banqueiros, não poderia ser implantado agora. O ministro Paulo Guedes gostaria que o valor previsto de 1,2 trilhão ficasse intacto. Mas, a redução estava sob o seu controle e de seus capachos da Câmara Federal.

A aliança opositora – PT, PSB, PDT, PCdoB e PSOL – foi amassada pelo rolo compressor da aliança governista. Fato que já havia ocorrido no primeiro turno. O governo e o Congresso Nacional contaram com o derrotismo da frente burocrática das centrais sindicais. Em que consistiu?. Consistiu em submeter o movimento dos explorados ao Congresso Nacional e ao objetivo de alterar o projeto do governo por meio de emendas. Apesar do voto contrário e fechado do PT, PCdoB, PSOL, e parcial do PDT e PSB, todos participaram da farsa orquestrada por Rodrigo Maia (DEM) e Samuel Moreira (PSDB).

Os governadores da oposição trabalharam nos bastidores para a aprovação da reforma alterada. É bom destacar os governadores do PT e o do PCdoB. Bolsonaro e Rodrigo Maia precisaram da colaboração dos deputados do Nordeste. A votação por grande maioria era importante para demonstrar à população que houve uma grande unidade nacional dos representantes do País, mais precisamente, unidade da burguesia. Sempre se esconde dos explorados que os “representantes do povo” não passam de lacaios da burguesia, e que o Congresso Nacional é a cova desses lacaios. Ocorre que a oposição reformista é parte desses “representantes do povo” e, assim, respeitam a cova dos lacaios.

O governo conseguiu o que queria, sem que enfrentasse uma poderosa resistência da classe operária e dos demais oprimidos. A frente burocrática se encarregou de montar a

farsa da luta “contra a reforma da Previdência”, ao mesmo tempo em que, no Congresso Nacional, se montava a farsa da desidratação do projeto de Bolsonaro-Guedes. A ilusão de que ainda era possível vencer a guerra, depois de ter perdido uma batalha, evaporou num piscar de olhos. O movimento, derrotado pela traição da frente burocrática, somente se ergueria se fosse contra a política dos traidores.

A primeira condição para seguir na luta era e é a de reconhecer a traição que levou à derrota. E denunciar à classe operária e aos demais explorados a política derrotista da direção. Trata-se da aplicação da lei que rege a luta de classes. A burguesia e seu governo continuarão no ataque à vida das massas. Continuarão a comprometer a economia nacional para atender aos interesses do imperialismo. Os explorados não têm outro caminho a não ser o da unidade de classe contra os exploradores.

A crise econômica elevou o desemprego e subemprego às alturas. É visível a olhos nus o aumento da pobreza e

da miséria. A implantação da reforma trabalhista, da terceirização e da reforma da Previdência intensificará a exploração capitalista da força de trabalho. Os efeitos da terceirização se fazem sentir na economia e na vida dos assalariados. É inevitável que a classe operária se revele diante do agravamento das condições de trabalho e de existência. A burguesia e o governo não vão se ater a essas três medidas. O plano de privatização atingirá ainda mais os empregos e os salários. Os cortes de recursos à saúde e à educação golpearão ainda

mais o acesso da população a serviços essenciais. Com essa política econômica, o governo Bolsonaro terá de fortalecer o Estado policial e a militarização. Os reformistas, por sua vez, se adaptarão ainda mais à democracia oligárquica e ao capitalismo putrefato. É fundamental que a vanguarda se compenetre da gravidade do momento. E lute por constituir o partido marxista-leninista-trotskista.

A experiência vivida com a frente burocrática os ajudará a entender e a encarnar a estratégia da revolução e ditadura do proletariado; a lutar por um governo próprio, que é o governo operário e camponês. Mantemos no alto a bandeira “Abaixo a reforma da Previdência do governo e do Congresso Nacional”. Continuemos com a unidade dos explorados, defendendo a greve geral!

A primeira condição para seguir na luta era e é a de reconhecer a traição que levou à derrota. E denunciar à classe operária e aos demais explorados a política derrotista da direção.

(...) A burguesia e seu governo continuarão no ataque à vida das massas. (...) Os explorados não têm outro caminho a não ser o da unidade de classe contra os exploradores.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL N° 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

Sem luta, tranquilamente, deputados aprovam a reforma da Previdência

7 de agosto de 2019

Na quarta-feira, 7 de agosto, a Câmara Federal votou, em segundo turno, a reforma da Previdência de Bolsonaro-Guedes. Tudo se passou na mais morna harmonia. O clima de sossego vinha do êxito anterior. O segundo turno cumpria apenas a formalidade legislativa. Os deputados retornaram do recesso. Não precisariam da teatralização anterior. Os bolsonaristas e seus apoiadores do PSDB, MDB, incluindo os tráfugas do PSB e PDT, tomaram seus assentos como vencedores. A oposição, liderada pelo PT e aliados, PCdoB, PSB, PDT e PSOL, ali compareciam para mostrarem que, até o último minuto, “lutavam” pelas emendas, que aliviariam a violência da contrarreforma do governo. O certo é que nada podiam fazer, senão repetir os discursos passados. Não contavam sequer com um protestozinho em Brasília, como o da UNE, no dia 12 de julho. Bolsonaro, Guedes e Maia se sentiram engrandecidos, diante da derrota do movimento, consumada em 10 de julho.

O primeiro turno, de fato, selou a vitória parlamentar do governo. Também, nesse caso, não houve nenhuma comoção. A greve geral de 14 de junho não passou de um aceno das centrais ao Congresso Nacional, de que não iriam além de protestos limitados e respeitadores da ordem institucional. A frente burocrática, constituída pelas centrais, se definiu pelo objetivo de apoiar o voto opoissor na Câmara Federal, e algumas das emendas, em parte, negociadas de antemão por seu presidente, Rodrigo Maia (DEM), e pelo relator do projeto, Samuel Moreira (PSDB). De maneira que a normalidade do segundo turno refletiu a votação no primeiro turno, sem que as centrais organizassem qualquer manifestação. Os explorados ficaram detidos no trabalho, enquanto os deputados discursavam contra e a favor. À noite do dia 10, quando a maioria da população estava em suas casas exausta, desfecharam o golpe sem precedentes na Previdência. Eis por que a manifestação da UNE, dois dias depois, não passou de uma representação mambembe. De tão imprestável, ninguém deu atenção. No entanto, expressou a traição da luta pela frente burocrática, e selou a derrota do movimento, iniciado no 1º de Maio Unificado.

A política acordada na cúpula das centrais nasceu derrotista. O movimento deveria cumprir o objetivo de desgastar o

governo Bolsonaro, e apoiar as emendas que alteravam o projeto original do ministro Guedes. Não se tratava de organizar um poderoso movimento de massa, e criar as condições para a greve geral por tempo indeterminado. A greve geral de 14 de junho foi convocada, sabendo-se que deveria se limitar a um protesto. Não seria o ponto de partida para marchar contra o governo e o Congresso Nacional. Rodrigo Maia aproveitou para montar a farsa de que se votaria não o projeto do governo, mas sim o do Congresso Nacional. As direções se calaram, quando não consentiram, em acobertar a grosseira falsificação. No 1º de Maio, Paulinho da Força, anunciou o derrotismo. Discursou dizendo que o movimento deveria se concentrar no apoio à “desidratação” do projeto de Bolsonaro.

A política acordada na cúpula das centrais nasceu derrotista. O movimento deveria cumprir o objetivo de desgastar o governo Bolsonaro, e apoiar as emendas que alteravam o projeto original do ministro Guedes. Não se tratava de organizar um poderoso movimento de massa, e criar as condições para a greve geral por tempo indeterminado.

As centrais se negaram a levantar uma bandeira clara, que centralizasse e guiasse a luta dos explorados. Puseram-se de acordo com a fórmula geral “contra a reforma da Previdência”. Nenhuma das centrais – incluindo a CSP-Conlutas – se dispôs a realizar uma campanha independente dos condicionamentos da direção burocrática e conciliadora. Não poderiam admitir a bandeira de “**Abaixo a reforma da Previdência do governo e do Congresso Nacional**”. Não havia, portanto, nenhum motivo para duvidar que a frente burocrática se guiava pela posição de que alguma reforma era inevitável. E, portanto, a meta do movimento não era a de derrubar e enterrar a contrarreforma da burguesia, em particular, do capital financeiro e dos poderosos parasitas da dívida pública. O sindicalismo mais avançado de esquerda, ligado ao PSOL e PSTU, seguiu a definição da frente burocrática. Negou-se, igualmente, a fazer uma campanha diferenciada, sob a bandeira de “**Abaixo a reforma da Previdência do governo e do Congresso Nacional**”. Aplinou-se, assim, o caminho da traição e da consequente derrota.

Esteve colocada a luta, desde o seu início, contra a posição



Adquira com nosso distribuidor

30 anos construindo o Partido Operário Revolucionário (POR)



de que alguma reforma deveria ser realizada, ou de que era inevitável a aprovação de alguma reforma. Esse é o conteúdo de classe da política derrotista. Há precedentes que precisam ser lembrados. O governo do PSDB, com Fernando Henrique Cardoso, iniciou a reforma da Previdência, os governos do PT, de Lula e Dilma, continuaram, e, agora, foi a vez do governo Bolsonaro. Essa sequência mostra que as alterações no regime previdenciário passaram pelo governo neoliberal, seguiram no reformista, e chegaram ao governo ultraliberal. Em todos os casos, independente das diferenças de teor e grau das reformas, se encontra a determinação da dívida pública, dos interesses supremos do capital financeiro, e da orientação dos organismos internacionais do imperialismo (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, etc.). A burocracia sindical, que dirigiu a resistência ao projeto de Bolsonaro-Guedes, é a mesma que colaborou com os governos neoliberal e reformista. Em especial, a CUT e aliados agiram como base de apoio aos governos de Lula e Dilma. Na oposição ao neoliberalismo, seguiram a cartilha que prescreve a escalada eleitoral ao poder do Estado. Diante do governo ultraliberal, descaradamente pró-imperialista, servil incondicional dos Estados Unidos, não poderiam se comportar de outro modo. O bandido Paulinho da Força, desta vez, deu o norte preciso aos traidores da causa operária e popular.

No dia da votação em segundo turno, 6 de agosto, a CSP-Conlutas convocou um ato em São Paulo. As demais centrais desconsideraram. A CUT decidiu fazer campanha pela coleta de assinaturas para o abaixo-assinado. O desastre já havia ocorrido em julho. Bem antes, a frente burocrática tinha desarticulado o movimento, mais precisamente depois da greve geral. A classe operária e os demais explorados não foram organizados para derrubar a reforma de Bolsonaro-Guedes. Durante os 168 dias de negociações no Congresso Nacional, os burocratas da CUT, Força Sindical, etc. se limitaram, na maior parte do tempo, a resmungar sobre o sacrifício dos pobres. Os deputados da oposição aproveitaram para discursar em favor dos pobres. Enfim, todos se reivindicavam dos pobres, mas se negando a organizá-los contra o governo e o Congresso Nacional. Diante da votação do 1º turno, correram a dizer que ainda havia tempo para derrotar o governo. A burocracia esquerdista é impotente procurou levantar a moral de suas bases com a retórica otimista de que o movimento perdeu uma “batalha, mas não a guerra”. O certo é que houve uma derrota sem que a batalha fosse dada. O exército dos trabalhadores foi desorganizado e colocado em retirada. A “batalha” final se deu no campo da Câmara Federal: 379 deputados governistas derrotaram 131 oposicionistas, sendo que 11 deles “batalharam” na trincheira dos governistas. A arma dos oposicionistas se limitou aos discursos inflamados em defesa dos pobres. A verdadeira batalha, portanto, não chegou a ocorrer. A frente burocrática debandou-se do campo da luta de classes, que mal ganhava força com a mal preparada e sabotada greve geral de 14 de junho.

Depois da traição e da derrota, a CUT e a CSP-Conlutas farão seus congressos. É sintomático que suas direções não tenham se animado a convocá-los assim que o furacão se precipitou. Para as demais centrais, os congressos não têm nenhu-

Reforma da Previdência - 2º turno

ma função. A UNE realizou seu Congresso, com mais de dez mil participantes, para compartilhar e testemunhar de perto a traição e a derrota. Depois de desmantelada a luta dos explorados, certamente, o congresso da CUT somente servirá para a burocracia afiar suas armas eleitorais contra o governo Bolsonaro. O congresso da CSP-Conlutas, provavelmente, estará mergulhado em uma de suas maiores crises. Sem se distinguir e sem combater no interior da frente burocrática por uma linha classista e revolucionária, não tem como sair desse processo fortalecida como vanguarda proletária.

Não se pode combater a política derrotista do reformismo, bem como das várias tendências da burocracia sindical, sem um balanço claro e preciso. A política que guiou o movimento de luta contra a reforma da Previdência foi a de submetê-la

Não se pode combater a política derrotista do reformismo, bem como das várias tendências da burocracia sindical, sem um balanço claro e preciso.

ao jogo e à decisão do Congresso Nacional. No centro dessa diretriz, estiveram os reformistas, em aliança com a direita sindical. Essa aliança teve como pilares a CUT e a Força Sindical. As demais centrais compartilharam ou seguiram o curso ditado pela frente burocrática. Os

explorados e sua vanguarda estão diante de uma valiosa experiência, que demonstra a necessidade de constituir a direção classista e revolucionária. Não há como saltar por cima dessa experiência, sem retardar o combate pela superação da crise de direção, que resulta da ausência de uma fração classista consciente que encarne o programa da revolução proletária no seio dos explorados.

Não se pode ignorar que as derrotas diante da reforma trabalhista no governo golpista de Temer e da reforma da Previdência de Bolsonaro influenciarão, negativamente, a classe operária e demais oprimidos. No entanto, o impacto deve ser passageiro. Suas tendências instintivas de luta não foram esmagadas pela burguesia. A implantação dessas duas reformas potencializará o descontentamento com a burguesia e seu governo. Novas medidas anti-operárias virão. Está em andamento no Congresso Nacional a Medida Provisória (MP) da Liberdade, já denunciada como uma “mini reforma trabalhista”. Bolsonaro impulsionará a subordinação da economia interna ao carro do imperialismo norte-americano e europeu, o que agravará ainda as condições de existência das massas. Tudo que se faça será contra as necessidades mais prementes dos explorados. A burguesia se protege da crise estrutural do capitalismo, impondo as contrarreformas. Objetivamente, os ataques frontais potencializam as tendências de luta. Com base nessa avaliação, a vanguarda pode aproveitar as experiências trazidas pelos movimentos contra as reformas de Temer e Bolsonaro.

No dia 13 de agosto, ocorrerá a greve nacional da educação. O POR levanta a bandeira de **“Abaixo o projeto Future-se de Bolsonaro-Weintraub”**. A luta contra a privatização e o controle empresarial e das igrejas sobre o ensino está na ordem do dia. Também, nessa luta, enfrentamos o obstáculo da política reformista da UNE, sindicatos e partidos, como o PCdoB, PT, PSOL, principalmente. Continua em pé a resistência às contrarreformas da burguesia. **Lutemos para vencer! Viva a greve nacional da Educação!” “Abaixo o Future-se privatista!” Em defesa de um sistema único, público, da educação! “Fim do sistema privado de ensino”!**

Ceará:

Camilo Santana/PT trabalhou pela aprovação da Reforma da Previdência

Passada a votação em 2º turno da reforma da Previdência na Câmara, 06/08, comprovou-se, mais uma vez, que o governador agiu veladamente para a aprovação da medida. Depois de criticar inicialmente a proposta de Bolsonaro/Guedes, tal como recebida pela comissão especial na Câmara, passou a elogios reservados quando da apresentação do texto do relator Samuel Moreira/PSDB. Para Camilo, a leve suavização dos ataques ao abono salarial, pensão por morte, aposentadoria especial de professores, idade mínima para mulheres, etc. tornou a proposta aceitável. A própria imprensa burguesa não escondeu sua surpresa com os malabarismos de Camilo, que em público se mostrava insatisfeito com a proposta do relator, mas, reservadamente, trabalhava por sua aprovação.

Na votação do 1º turno, o deputado Domingos Neto (PSD) confirmou ter recebido ligação do próprio governador, indicando apoio à proposta. Conforme noticiou na época o jornal Diário do Nordeste (Previdência: Camilo atuou para garantir votos a favor da reforma na bancada do CE, dizem deputados - DN, 11/07/2019), Camilo agiu em comum acordo com Rodrigo Maia (DEM), que procurou articular os governadores do Nordeste para pressionarem suas bancadas no Congresso. Mais recentemente, durante a votação do 2º turno da Reforma, Camilo viajou à Brasília para o VI Fórum Nacional dos Governadores, a fim de somar-se ao coro dos que pediam a entrada de estados e municípios na Reforma.

Camilo Santana/PT, que em seu primeiro mandato reali-

zou uma reforma da Previdência estadual, aumentando de 11% para 14% o desconto previdenciário do funcionalismo, em nada se diferencia dos governos pró-Bolsonaro, quanto aos cortes e ataques aos explorados. O PT, cuja bancada votou contrária à reforma, e cujos sindicatos/federações estiveram no campo da oposição à reforma, nada fará contra o governador. A burocracia sindical e estudantil, a todo custo,

Os interesses eleitoreiros, as alianças e os cálculos para se manter a frente de governos e prefeituras fala mais alto que a defesa da vida das massas empobrecidas.

tenta blindar o governo dos ataques e denúncias feitas pelos movimentos sociais. Os interesses eleitoreiros, as alianças e os cálculos para se manter a frente de governos e prefeituras fala mais alto que a defesa da vida das massas empobrecidas. Em nome da austeridade, o PT promove cortes, sacrificando a educação e saúde públicas.

O POR denuncia Camilo como um governo inimigo dos trabalhadores/juventude pobre. Denuncia o apodrecimento do reformismo e sua política de conciliação de classe com os partidos da burguesia. ***Que os explorados aprendam com sua própria experiência a defender a independência de classe dos trabalhadores, e confiar apenas em suas próprias forças e métodos de luta! Oposição Revolucionária ao governo Camilo Santana (PT/PDT)! Abaixo os cortes na saúde e educação! Abaixo a Reforma da Previdência! Construir o Partido Operário Revolucionário/POR!***

São Paulo

Dia 6 de agosto, “Dia Nacional” marcado pela divisão da burocracia sindical e sem luta

O dia seis de agosto ficou marcado pela aprovação, em segundo turno, da reforma da Previdência, na Câmara Federal. A votação foi à noite, em completa tranquilidade. A decisão das centrais foi a de realizar pressão aos deputados, nos aeroportos, em Brasília e atos nos estados. Portanto, nada de retomar a greve geral. Ao contrário, deslocar o movimento para o terreno da burguesia (parlamentarismo).

Pela manhã, a CUT montou uma banca no centro da cidade, para colher assinaturas no abaixo-assinado. Procurava criar ilusão entre a população de que era

possível reverter o voto dos deputados, que apoiaram a reforma no 1º turno.

À noite, foi a vez da CSP-Conlutas, na Paulista. Não houve coleta de assinaturas, mas a essência era a mesma, de que era possível, pela pressão aos deputados, modificar a votação. A musiquinha que embalava o ato prova isto: “um, dois, três, quatro, cinco mil; se votar a reforma, paramos o Brasil”. Evidentemente os deputados não ouviram a musiquinha da Conlutas, e, horas depois, aprovaram a reforma da Previdência.

O ato começou às dezoito horas. Contou com a participação de trabalhadores

sem-teto da Ocupação Queixada, e militantes de professores e funcionalismo público. Quando o carro som chegou e encostou no MASP, a polícia, diante do pequeno número dos manifestantes, impôs a retirada do som. Foi negociada a ida em passeata até o prédio do escritório do Presidente, mas a ida teria de ser sem o som.

Como se vê, a reforma da Previdência foi aprovada sem resistência dos explorados. O deslocamento do movimento, que culminou na greve geral de 14 de junho, para o Congresso Nacional, marcou a traição da burocracia sindical.

Somente nas ruas, parando a produção, derrubaremos a reforma da Previdência e os cortes na educação!

Não à traição da burocracia sindical à luta contra a reforma da Previdência! O caminho da pressão e negociatas no Parlamento já se comprovou derrotista! Convocar as assembleias em todos os locais de trabalho e estudo! Aprovar a greve de todos no dia 13 de agosto!

6 de agosto de 2019

No último dia 10/07, a Câmara dos Deputados aprovou, em 1º turno, a reforma da Previdência. Ela é um conjunto de ataques a todos que trabalham, bem como a quem pretenda se aposentar. O limite mínimo de idade, aliado ao tempo de contribuição maior, por si sós, já vão praticamente inviabilizar a aposentadoria integral para a maioria. Uma minoria conseguirá se aposentar com 60% do valor do salário. As regras de transição entre uma situação e outra penalizam quem trabalha, aumentando o tempo necessário. O mesmo ocorre com quem estava prestes a se aposentar.

As direções sindicais desviaram o movimento de resistência das massas para a pressão parlamentar e negociatas na Câmara dos Deputados, por meio dos partidos de oposição. Estes negociaram as emendas ao texto original, desde que estava na Comissão de Constituição e Justiça, onde a proposta de Bolsonaro/Guedes foi modificada e se tornou o projeto da Câmara dos Deputados. Ainda, sobre a base da mobilização na educação, os deputados de oposição barganharam no plenário da Câmara dos Deputados uma amenização do ataque da reforma da Previdência aos professores, em troca de votos das bancadas direitistas, que estabeleceram o privilégio de aposentadoria aos 53 e 52 anos aos militares e polícias.

O resultado final foi a aprovação de mais um duro ataque contra as massas, que, somado à reforma Trabalhista, constituem os maiores golpes já desfechados contra os assalariados. Lembremos que, em abril de 2017, houve a greve geral, que foi logo a seguir desmontada e teve seu rumo desviado pelas direções, o que deixou livre o caminho para que a ditadura civil de Temer impusesse a liquidação da CLT.

O POR alertou, desde antes da votação da reforma da Previdência em 1º turno, para o risco de desvio do movimento, por meio da negociação das emendas e eleitoralismo. Propôs resoluções e os métodos de organização e luta contra os desvios da luta grevista em todas as instâncias dos movimentos em que atua, e impulsionou na medida de suas forças a greve geral de 14 de junho. Mas, as direções das centrais sindicais estavam comprometidas com a política de não levar os explorados a se chocarem com o Congresso Nacional, que negociou a reforma da Previdência no campo estabelecido pelo governo e deputados, sendo que algumas delas chegaram ao ponto de ordenar que suas bases não fossem à greve, horas antes do 14/6.

O desvio do movimento para o campo de negociação parlamentar, fixado pelo governo e os patrões, selou a derrota. As massas não puderam enfrentar até o fim o governo e os deputados com sua independência de classe, com a bandeira de colocar abai-

xo a reforma da Previdência, com seus próprios métodos de luta e com sua organização independente. Isso levaria a uma greve geral por tempo indeterminado pela derrubada do projeto pelo governo pela força das massas nas ruas.

Agora, vem o 2º turno da votação na Câmara, em agosto, e a nova votação em dois turnos, no Senado. Não se deve esconder das massas que suas direções já traíram o movimento, ao desviá-lo para o da barganha parlamentar. Por meio da continuidade dessa via, a aprovação da reforma da Previdência do governo e da Câmara é uma certeza. Quando dizemos que a traição já ocorreu e que, pela via da pressão parlamentar, não se mudará o resultado da votação até a votação no Senado, alertamos a classe operária e demais explorados para que exijam de seus sindicatos a convocação das assembleias, que se formem os comitês de luta, que exijam das centrais a convocação da greve geral e que estas acatem a bandeira de **Abaixo a Reforma da Previdência de Bolsonaro e do Congresso Nacional**. É no campo da independência de classe que marcharemos para derrubar a reforma da previdência. E por esse caminho vamos construir uma direção classista. É parte desse movimento a construção do partido revolucionário.

Temos defendido que somente uma nova greve geral, desta vez mais forte e melhor organizada, poderá derrotar o governo e pôr abaixo a reforma da Previdência. Não é o que indica a conduta atual das direções. Estas já traíram o movimento, quando as condições indicavam a tendência de luta geral das massas para enfrentar o governo nas ruas. Vide as manifestações de 15 e 30 de maio, então, restritas à Educação. A possibilidade da classe operária se mobilizar nacionalmente, paralisando a produção e impondo a luta de classe contra classe, com apoio e participação da maioria oprimida, não teve ainda como se concretizar com toda a sua força. Aqueles que lutam sinceramente para derrubar essa maldita reforma devem rejeitar a frente burocrática e trabalhar pela frente única classista.

Também, se queremos barrar os cortes na Educação postos em marcha por Bolsonaro, é preciso pôr em pé este mesmo movimento classista. A disputa parlamentar não reserva nenhuma possibilidade de conquista para as massas.

Por isso, devemos fazer do 13 de agosto um dia de greve geral no país. Se realizarmos assembleias de base em todos os locais de trabalho e estudo e aprovarmos a paralisação, avançaremos nesse sentido. Ainda que em oposição à conduta das direções. E daremos passos concretos na direção de pôr abaixo o governo e substituí-lo pelo poder próprio das massas, o governo operário e camponês.

Future-se: sucateamento, privatismo e destruição do ensino público. Responder com manifestações, greves e ocupações. Unir com a luta por empregos e pela retomada da greve geral contra a reforma da Previdência

O plano de Bolsonaro/Weintraub é aniquilar as Universidades Públicas. Após o corte de 30% das verbas de custeio e capital, oferece às Instituições Federais de Ensino (Ifes) a “liberdade” de

captar verbas com todo tipo de privatização. As instituições que aderirem ao “Future-se” serão obrigadas a firmarem contratos de gestão com Organizações Sociais. Com isso, essas entidades pri-

vadas passarão a ingerir em atividades de ensino, pesquisa, desenvolvimento tecnológico e cultura. As que não aderirem serão penalizadas com a escassez de recursos, já ameaçadas com novos cortes, segundo a Emenda Constitucional do teto dos gastos. Essas são as alternativas oferecidas pela burguesia.

Precisamos de um forte movimento, que parta das assembleias universitárias, e que se vincule às reivindicações dos trabalhadores. Só assim, com nossos métodos de luta, com independência de classe, poderemos barrar a destruição da Educação Pública. A greve da educação, marcada para 13 de agosto, tem de ser preparada desde já pelas organizações sindicais, estudantis, camponesas e populares. É o momento de levantar a bandeira de

defesa do ensino público e da autonomia universitária. Está colocada a luta por um sistema único, estatal, da educação, vinculado à produção social, e controlado por quem estuda e trabalha. Com esse programa, colocaremos abaixo o “Future-se”, e responderemos aos ataques obscurantistas do bolsonarismo.

A luta contra os ataques à educação pública é a mesma contra a reforma da Previdência, a trabalhista e a terceirização. Devemos rejeitar o corporativismo das direções reformistas e conciliadoras.

Abaixo o Future-se!

Abaixo a reforma da Previdência!

Quinzena Operária

FORD: A TRAIÇÃO DA BUROCRACIA SINDICAL SE ESTAMPOU

Lembremos: de fevereiro a início de abril, a fábrica ficou paralisada. Na assembleia de “enterro” do movimento, o sindicalista Paraíba, coordenador sindical, disse: “(...) a fábrica pediu duas coisas para a gente. Primeiro: desculpa. Segundo: não é verdade que não preciso de vocês trabalhando. Eu tenho 1.700 Fiestas e 843 caminhões para fazer, até o fechamento da fábrica. O comprador está olhando todos os indicadores que a fábrica tem, está olhando os custos, está olhando a qualidade. Isso é uma coisa que nos envolve. O comprador está olhando tudo. E a fábrica também precisa se preparar para isso. A Ford pediu para fazer o retorno ao trabalho. E hoje vamos orientar vocês a retornar ao trabalho”. E concluiu: “companheirada, nós não vencemos a guerra, nós vencemos a batalha. A vitória está próxima”. Outros dirigentes sindicais enfatizaram que a fábrica tinha sido vendida para a Caoa, que a montadora havia oferecido um pacote de benefícios aos trabalhadores, e que era possível manter os empregos, negociando com a compradora. E, assim, puseram fim à paralisação.

Depois de três meses, a Ford não foi vendida para a Caoa. O governador Doria, o anfitrião da venda, está calado. O prefeito de São Bernardo, que elogiou a conduta da multinacional, lamenta a perda de receitas. E a burocracia sindical passou a fiscalizar o tal do pacote de benefícios, as demissões.

O presidente da Ford para a América Latina festeja o cumprimento do plano de fechamento da fábrica, no ABC. Confirmou que toda a produção será eliminada em outubro. Que a produção do Fiesta se encerrou em agosto, com a demissão dos operários, e que, em outubro, será a vez da produção dos caminhões. A Caoa, por sua vez, diz que não tem recursos para a compra da fábrica, porque não conseguiu dinheiro do BNDES. Ironizando, o presidente da Ford conclui: “sou otimista, sobre a possibilidade de surgir um comprador local, mas a janela (de tempo) está se fechando”. Enquanto isso, a Ford anunciou que trará carros da China para vender no Brasil.

Sem luta, os operários vão sendo demitidos. O tal pacote de benefícios se esgotará em pouco tempo. E o desemprego cravará a vida dessas famílias.

O POR atuou contra o fechamento da Ford, por meio do Boletim Nossa Classe. Sabíamos que as posições do Nossa Classe não tinham como ser assumidas pelos operários da Ford, devido ao extremo controle exercido pela burocracia sindical. Mesmo assim, o Nossa Classe colocou para os operários da Ford, e para o conjunto da classe operária, duas posições opostas para enfrentar o fechamento da fábrica: o da derrota previsível, aceitando o acordo, e o da vitória possível, por meio da generalização da luta. Mesmo com a certeza de que os operários não iriam reagir contra as negociatas, a burocracia não admitiu que sua política traidora fosse contestada. O que fez com que reagisse contra o Boletim Nossa Classe. A classe operária tem de tirar uma lição dessa derrota, pois, isso permite o amadurecimento político e de combate à política traidora de suas direções.

Liberdade imediata às lideranças do movimento pela moradia

Desde 24 de junho, estão presos Preta Ferreira, Angélica, Ednalva e Sidnei. Estão sendo criminalizados, em função do incêndio do prédio Wilton Paes de Almeida, em 1º de maio de 2018. O edifício abrigava uma ocupação, e a Justiça acusa essas lideranças de praticarem extorsão para manter as ocupações, o que foi negado pelos representantes dos movimentos. Depois da prisão, o Ministério Público ordenou a prisão de 19 lideranças dos movimentos de moradia. A juíza decretou a prisão de 13 lideranças, que ainda não foram efetuadas.

O prefeito e o governador, ambos do PSDB, e a Justiça exigem uma punição exemplar dessas lideranças, como forma de conter o avanço das ocupações de prédios e terrenos. Isso para atender aos interesses do mercado imobiliário. Por outro lado, o movimento de moradia não tem conseguido erguer uma poderosa resistência em favor da libertação de suas lideranças. As burocracias sindicais, por sua vez, têm feito vistas grossas. O ato ocorrido no Fórum da Barra Funda, no dia 8 de agosto, expressa bem a falta de uma luta vigorosa pela liberdade dos presos políticos, pela anulação do inquérito criminal, e em defesa da moradia a todos os sem-teto.

Antonio Justino

Falecimento de um inflexível lutador

Há algum tempo, pressentíamos que Antonio Justino já não tinha forças para conviver com o câncer, que, durante anos, o debilitava fisicamente. Mais conhecido pelo apelido de Tonhão, enfrentou com bravura a doença, tanto quanto a repressão burguesa e o ódio dos burocratas sindicais. Conservou a lucidez política durante todo o tempo em que esteve fustigado pelo câncer. Temos a certeza de que Tonhão arrancou tamanha força vital de sua perseverante luta contra a opressão capitalista e do caráter classista de quem não se curva.

Não há nenhum exagero ou sentimentalismo nessa observação. Não sentimos nem tristeza nem dor, mas sentimos a perda de um homem que compreendeu o sentido mais profundo da exploração capitalista do trabalho e que nunca se apartou da luta de classes, embora, em nosso juízo, não chegou a ser um marxista.

O POR e, em particular, alguns de seus membros, tiveram uma militância lado a lado com Antonio Justino. Mais precisamente, Tonhão testemunhou o surgimento de nosso partido. Tivemos embates conjuntos em importantes lutas e acontecimentos políticos na cidade proletária de Diadema. Rompemos com o PT quase no mesmo momento, quando o reformismo se consolidou nas fileiras do petismo. Recordemos que Tonhão foi eleito vice-prefeito pelo PT, nas eleições de 1989, na chapa de José Augusto. Imediatamente, contestou a política voltada aos interesses do empresariado. Não teve dúvida em romper com esse carreirista, e denunciar a conivência da direção do PT.

Diadema abriga uma ampla camada de pobres e miseráveis. Está aí por que se gestaram e se gestam movimentos de sem-teto. Tonhão sempre primou pela organização e método de ocupação de terras. Como não poderia deixar de ser, enfrentou a repressão dos proprietários. O prefeito do PT se desesperava, diante de cada ocupação, e auxiliava na ação policial de despejo. Uma virtude de ativista permanente se espelha na presença constante de Tonhão nos movimentos, protestos, campanhas de luta e greves.

Tonhão assumiu a profissão de professor de Língua Portuguesa. Destacou-se como organizador das greves do magistério. Ocupou um posto de enfrentamento sistemático à burocracia sindical da Apeoesp, vinculada ao PT. Infernizava a vida dos burocratas nas assembleias. Mesmo doente, Antonio Justino comparecia e se pronunciava diante das questões



Tonhão sempre primou pela organização e método de ocupação de terras. Como não poderia deixar de ser, enfrentou a repressão dos proprietários. O prefeito do PT se desesperava diante de cada ocupação e auxiliava na ação policial de despejo. Uma virtude de ativista permanente se espelha na presença constante de Tonhão nos movimentos, protestos, campanhas de luta e greves.

e das propostas de luta.

Há um marco na vida militante e pessoal desse lutador, que evidenciou sua firmeza e honradez. Na greve de junho de 2000, Tonhão foi um dos organizadores da ocupação do pátio da Secretaria da Educação de São Paulo, contrariando a orientação da direção da Apeoesp e, afrontando o governo do “democrata” do PSDB, governador Mário Covas. Para mostrar autoridade e coragem, Covas decidiu furar o bloqueio da ocupação juntamente com uma comitiva. Foi escoraçado. Quatro professores foram presos. Tonhão foi suspenso por trinta dias, respondeu ao processo e, finalmente, a justiça o exonerou do cargo. Talvez tenha sido o momento mais difícil de sua vida material. Nada disso, porém, o demoveu de suas convicções e da militância nos movimentos.

Afirmamos que, apesar de seu profundo espírito classista, portanto, revolucionário, não chegou a ser um marxista. Em seu pensamento, Marx e

Engels, principalmente, ocupam um lugar em sua formação. Fazemos essa afirmação a partir de nossa convivência, uma vez que Antonio Justino não se esmerava em elaborar uma linha política e transformar a experiência em teoria revolucionária. Inclina-se excessivamente para o espontaneísmo, embora, quando expunha seus pontos de vista, o fazia com conhecimento. O essencial de seu anti-marxismo, se assim podemos caracterizar, esteve na negação da construção do partido.

O POR chegou a constituir um comitê, do qual Tonhão participava, para integração de seu grupo à construção partidária. Esforçamo-nos por convencê-lo da importância do programa, como aplicação do marxismo-leninismo-trotskyismo em nossa realidade. Estava convencido do internacionalismo, mas não via futuro na luta pela reconstrução da IV Internacional. Nosso afastamento se tornou inevitável, mas sem romper a camaradagem.

Tonhão tinha apreço pelos materiais do POR. Nunca se negou a adquirir nossas publicações, principalmente o jornal Massas. Chegou a participar no lançamento de um de nossos livros. Mandou-nos saudações pelos 30 Anos do POR, e se desculpou por não poder comparecer. De nossa parte, nunca deixamos de convidar Antonio Justino aos nossos atos políticos, sabendo que sua presença representava o profundo classismo e uma vida dedicada à luta dos explorados.

Rio Grande do Norte

Reitoria da UFRN realiza CONSUNI Extraordinário para discutir o FUTURE-SE

No dia 02/08, ocorreu uma sessão extraordinária do Conselho Universitário da UFRN, com cerca de cem pessoas, dentre conselheiros, servidores e estudantes. Teve como ponto principal a discussão sobre o Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras – FUTURE-SE. O recém nomeado reitor José Daniel iniciou, dizendo que ele seguirá a posição da ANDIFES de que, nesse momento, não se poderia tomar uma posição de aderir ou não ao programa, pois, ainda se trata de uma minuta, um anteprojeto, que passará por consulta pública, para posteriormente se tornar Projeto de Lei. Só a partir daí, segundo ele, se poderia tomar um posicionamento.

Em seguida, houve uma exposição sobre o FUTURE-SE, realizada por um conselheiro, que girou mais em torno de questionamentos, como por exemplo: quantas Organizações Sociais existiriam?; qual seria o alcance da OS no “apoio” às atividades de ensino, pesquisa e extensão da universidade, assim como na gestão do patrimônio e de pessoal?; qual seria o papel das fundações de apoio nesse novo contexto?; quantos e quais seriam os fundos de investimento? Queixou-se também de não haver um detalhamento de como funcionariam as “Sociedades de Propósito Específico”, e questionou qual seria o motivo do FUTURE-SE instituir os cursos de idiomas pagos, se as próprias universidades já possuem seus próprios cursos, como o Instituto Ágora, na UFRN. Com relação ao Comitê Gestor que exercerá o controle sobre a implementação do programa, o expositor diz apenas que não está claro como será a sua composição.

O fato do expositor fazer questionamentos, ao invés de tomar uma posição clara sobre o programa, expressa a postura conciliadora e protelatória da burocracia universitária da UFRN, a qual chega a expressar que “há aspectos positivos no FUTURE-SE, que as universidades já fazem”. Isso se explica pelo fato de que a reitoria da UFRN não se contrapõe à essência do programa, que é a da mercantilização da produção acadêmica, sob a forma das parcerias público-privadas, uma vez que essas práticas já existem na universidade, como é o caso da FUNPEC (fundação de apoio), das empresas juniores, das incubadoras, das “transferências de tecnologia” para empresas privadas, e o Instituto Metrópole Digital (IMD). Este último, dirigido pelo ex-reitor Ivonildo Rêgo, chega a ter uma tabela de preços dos serviços de TI prestados às empresas privadas.

O incômodo da burocracia universitária com relação ao FUTURE-SE se detém ao ritmo e intensidade do processo de privatização da universidade, e se a reitoria continuará ou não com o controle sobre esse processo. O caso da FUNPEC é emblemático, pois, esta fundação de apoio, controlada indiretamente pela reitoria, tem servido para burocracia universitária driblar a necessidade de licitação para a contratação de empresas e poder contratar, sem concurso público, mão-de-obra especializada celetista, em substituição aos servidores técnico-administrativos efetivos. O receio da

reitoria é que a OS, instituída pelo FUTURE-SE, venha a substituir a FUNPEC e, dessa forma, a burocracia universitária perca o controle da contratação de pessoal, e realização das parcerias público-privadas. Portanto, quando a reitoria fala em “não abrir mão da autonomia universitária”, na prática, está falando em não perder a sua “autonomia” de controlar o ritmo e a intensidade do processo de mercantilização da universidade. Quanto à defesa da liberdade de ensino e pesquisa, cada vez mais cerceada pela intromissão dos interesses privados na universidade, nada se fala.

Após a exposição, uma dirigente do SINTEST se inscreveu para defender a rejeição ao FUTURE-SE, e para solicitar ao reitor que convocasse uma assembleia universitária dos três segmentos para discutir o programa. A proposta da direção do SINTEST é um erro, uma vez que a burocracia universitária não tem nenhum interesse em uma assembleia universitária democrática e soberana. Essa é uma tarefa das organizações estudantis, de professores e de funcionários. Uma verdadeira assembleia universitária, deli-

Uma verdadeira assembleia universitária, deliberativa e com voto universal (...) só poderá surgir a partir da própria iniciativa dos que estudam e trabalham, e em contraposição ao poder da burocracia universitária (...)

berativa e com voto universal, que sirva como meio de expressão da vontade da comunidade universitária, só poderá surgir a partir da própria iniciativa dos que estudam e trabalham, e em contraposição ao poder da burocracia universitária, expresso por meio da reitoria e dos conselhos superiores.

Como método de luta contra os efeitos do FUTURE-SE, a burocracia universitária, por meio das falas dos conselheiros e da ex-reitora Ângela Paiva, expressou a necessidade de conversar com os parlamentares e propor modificações ao texto, sem abrir mão do essencial, a “autonomia universitária”. Falou-se do fechamento do canal de diálogo nos ministérios, e que, por outro lado, os deputados e o próprio Rodrigo Maia tinham se mostrado abertos a ouvir os reitores. Para essa tarefa, a ANDIFES tem impulsionado a Frente Parlamentar em Defesa das Universidades, como instrumento de pressão parlamentar-institucional.

A Corrente Proletária (POR) aproveitou o momento para se inscrever, intervindo em torno dos seguintes pontos: 1) O FUTURE-SE é o complemento dos cortes de gastos; 2) inviabilidade de o capital privado fomentar a Universidade pública em detrimento do financiamento estatal; 3) a apropriação privada da produção acadêmica, e a submissão da pesquisa e ensino aos interesses das empresas e mercado financeiro; 4) a OS privada se apropriará dos bens públicos, e servirá para enfraquecer a categoria dos técnico-administrativos, à semelhança da EBSEH; 5) a necessidade de rejeitar e combater imediatamente o FUTURE-SE na sua essência, sem esperar que se torne projeto de lei; 6) o fracasso do método de pressão parlamentar, e que a luta se dá nas ruas; 7) chamado à paralisação e participação do ato no dia 13/08.

Recife

ASSEMBLEIA DA ADUFEPE: MAIS MANOBRAS DA BUROCRACIA DO PCdoB

No dia 07 de agosto, foi realizada a assembleia de docentes da UFPE. Na pauta, estava a análise da conjuntura, o projeto Future-se, a paralisação do dia 13, e encaminhamentos. A análise de conjuntura, feita pela militância do POR, partiu da questão “por que Bolsonaro aprovou com tanta facilidade a Reforma da Previdência”? Mostramos o peso da trava da burocracia sindical, que não fez uma luta de verdade, pois, amarrou o movimento ao terreno das manobras parlamentares. Apon-tamos que a traição das centrais em nível nacional se refletia na conduta da direção burocrática da Adufepe.

Das poucas assembleias realizadas, desde a posse da nova gestão, todos encaminhamentos principais foram engavetados ou sabotados. Aprovou-se a ida de delegados ao congresso do Andes (sindicato nacional dos docentes, do qual a Adufepe é seção), e a diretoria depois golpeou a decisão, para não ter que pagar sua dívida, que já ultrapassa um milhão de reais. Aprovamos o rompimento com um escritório de advocacia dirigido por um advogado do PSL, mas o contrato segue em vigor. Aprovamos a formação do Comando Unificado e da Assembleia Universitária, e a diretoria sabotou os encaminhamentos. Concluímos que, para lutar contra Bolsonaro, precisamos derrubar essas travas impostas pela burocracia. Outros professores se seguiram, referendando as denúncias, defendendo a democracia sindical, e acrescentando elementos de análise. A diretoria apareceu dividida, o vice-presidente concordou com a crítica, e afirmou que a postura de parte da direção, após a assembleia impedir a materialização dos encaminhamentos, era errada.

No ponto sobre o Future-se, denunciemos que é um projeto de destruição do ensino superior público. Questionamos a linha que a direção está tomando, de amarrar o movimento às reitorias. No dia seguinte à assembleia, será feito um debate com um ex-reitor, o reitor atual, o presidente da associação de

reitores, e o presidente da confederação de fundações de apoio. Ou seja, com aqueles que já conduzem várias formas de privatização, existentes atualmente, e as fundações que viabilizam isso. Não será desse campo que partirá a resistência. Temos de direcionar o movimento para outras alianças. Exemplificamos: O Future-se é parte de um plano privatista mais geral, que atinge Petrobras, Eletrobrás, Correios e bancos públicos. O ataque à educação atinge todos os níveis. O corte de gastos nas escolas rurais, indígenas e quilombolas é parte do avanço do agronegócio, que deixa um rastro de morte. Essa análise deve nos levar a fazer unidade com os demais oprimidos e explorados no campo da independência de classe. Na universidade, é preciso materializar a unidade dos três segmentos com o comando unificado, e a construção da Assembleia Geral Universitária. Após muita manobra da mesa, as propostas de encaminhamento foram aprovadas. Uma terceira proposta motivou um grande tumulto da diretoria. O conteúdo era que a diretoria cumprisse os encaminhamentos, ainda vigentes, aprovados nas assembleias realizadas sob a atual gestão. Absurdamente, os diretores não queriam que isso fosse à votação. Até o vice-presidente fez uma fala contrária ao pagamento da dívida com o Andes, mostrando que não estava disposto a levar a autocrítica ao nível da prática. O tumulto levou ao esvaziamento do plenário, mas a proposta foi aprovada. Mas, sabemos que a maior probabilidade é ade que a direção do PCdoB continuar sabotando. Somente um movimento de oposição organizado e consequente poderá fazer com que a categoria docente retome o sindicato em suas mãos, e o coloque a serviço da luta.

A adesão à greve nacional da educação, no dia 13, foi aprovada em uma votação antecipada, no meio da assembleia, o que também favoreceu o esvaziamento. Houve apenas um voto contrário de um professor, abertamente privatista.

Rondônia

Aos calouros da Universidade Federal de Rondônia

A Corrente Proletária Estudantil (CPE), neste retorno às aulas do segundo semestre, interveio nas atividades de recepção dos calouros. Ressaltou que, nesse momento, as universidades públicas e os Institutos federais de educação do país passam por um duro ataque por parte do governo federal, através do corte de 30% em suas verbas de custeio e capital, e que oferece a essas instituições de ensino uma falsa “liberdade”, que é a de captar verbas com todo tipo de privatização. O nome dessa farsa montada pelo governo federal chama-se “Future-se”. As instituições que aderirem a esse programa serão obrigadas a firmarem contratos de gestão com Organizações Sociais (OSs). Aquelas que não

aderirem serão duramente penalizadas, com falta de recursos. Alertou que isso significa a consolidação do processo de privatização das universidades e dos institutos federais de educação, e a ameaça de cobrança de taxas e mensalidades nas instituições públicas. E que o movimento estudantil deve assumir, imediatamente, a tarefa de se contrapor a esse ataque, e sair em defesa da educação pública, gratuita, laica a todos em todos os níveis, sob o controle de quem estuda e trabalha.

Conclui defendendo a convocação da Assembleia Geral Universitária, unidade de todos os setores das universidades e institutos de educação, com a finalidade de rechaçar o programa pri-

vatista de Bolsonaro, por meio da luta direta. Chamando os estudantes a participarem do dia 13 de agosto, convocado pela CNTE, UNE e sindicatos. Portanto, devemos fazer parte da greve nacional da educação. E afirmando a necessidade urgente das centrais e sindicatos, de retomarem o movimento contra as reformas trabalhista e previdenciária. Esse é o momento de defesa de nossa Educação Pública e dos nossos direitos, que estão sendo surrupiados pelos exploradores vendilhões da pátria, que querem mercantilizar a educação, entregando para as mãos dos privatistas nacionais e internacionais. Chamou todos à luta, sob a bandeira: Abaixo o governo ultraliberal, obscurantista e militarista de Bolsonaro!

“Future-se” é a destruição da Universidade Pública

Responder com manifestações, greves e ocupações

Unir com a luta por empregos e pela retomada da greve geral contra a reforma da Previdência

O plano de Bolsonaro/Weintraub é aniquilar as Universidades Públicas. Após o corte de 30% das verbas de custeio e capital, oferece às Instituições Federais de Ensino (Ifes) a “liberdade” de captar verbas com todo tipo de privatização. As instituições que aderirem ao “Future-se” serão obrigadas a firmarem contratos de gestão com Organizações Sociais. Com isso, essas entidades privadas passarão a ingerir em atividades de ensino, pesquisa, desenvolvimento tecnológico e cultura. As que não aderirem serão penalizadas com a escassez de recursos, já ameaçadas com novos cortes, segundo a Emenda Constitucional do teto dos gastos. Essas são as alternativas oferecidas pela burguesia. Precisamos de um forte movimento, que parta das assembleias universitárias, e que se vincule às reivindicações dos trabalhadores. Só assim, com nossos métodos de luta, com independência de classe, poderemos barrar a destruição da Educação Pública. A greve da educação, marcada para 13 de agosto, tem de ser preparada desde já pelas organizações sindicais, estudantis, camponesas e populares. É o momento de levantar a bandeira de defesa do ensino público e da autonomia universitária. Está colocada a luta por um sistema único, estatal, da educação, vinculado à produção social, e controlado por quem estuda e trabalha. Com esse programa, colocaremos abaixo o “Future-se”, e responderemos aos ataques obscurantistas do bolsonarismo.

Privatização sem limites

O Brasil tem um dos sistemas de ensino mais privatizados do mundo: 75% das instituições são privadas, onde 90% dos estudantes estão matriculados. Nas últimas décadas, avançou a forma monopolista de exploração da educação como mercadoria. Contribuíram para isso medidas como PróUni e Fies. O Estado apoiou o processo de monopolização por meio de subsídios. A abertura para o capital estrangeiro fez e faz parte do deslocamento de capitais internacionais voltados a explorar o mercado educacional. Está aí por que o ensino superior público se tornou uma ilha nesse mar, dominado pelas corporações voltadas ao lucro e à imposição das condições culturais, vinculadas aos interesses do capital monopolista. Um fenômeno correlato se manifestou no seio do sistema estatal de ensino. O público foi e está sendo corroído por várias formas de privatização interna. O “Future-se” potencializa todas as formas de privatizações, pretende que se tornem a via principal de financiamento das universidades e institutos federais. Afirma que seu propósito é “criar um ambiente favorável aos negócios”. Por esta via, potencializará a venda de serviços (mascarados como extensão), o convênio dos hospitais universitários com planos de saúde, a cobrança de mensalidades nos cursos de especiali-

zação, os negócios com empresas privadas em que a estrutura pública e o trabalho de estudantes, professores e técnicos é utilizado, e os frutos são apropriados de forma privada, tornando-se capital e distribuindo algumas migalhas, traduzidas em estrutura física e bonificações para os envolvidos.

A crítica dos reitores se resume a um lamento por não terem sido consultados, inclusive para que colaborassem, com a “expertise” das medidas privatistas que já aplicam. Queixam-se de que o texto não mencione as Fundações de apoio, que servem à privatização. Por trás das críticas está o receio de que a substituição das fundações por Organizações Sociais tire das mãos da burocracia universitária e da casta docente privatista o controle da privatização interna. Tal controle é ilusório, pois,

O “Future-se” potencializa todas as formas de privatizações, pretende que se tornem a via principal de financiamento das universidades e institutos federais.

a burocracia expressa justamente o poder da burguesia e seu Estado sobre a Universidade. O caminho de opor às Fundações e ao modelo da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), à entrega das universidades para as OSs, só pode levar ao fracasso, pois, as fundações e a EBSERH são degraus que levam ao “Future-se”.

Essa mesma burocracia apoiou ou se fez de omissa diante do avanço do sistema privado em detrimento do público. Não viu o ProUni e Fies como instrumentos de apoio ao empresariado. Colocou-se pela implantação do ensino a distância. Agora, a alavanca da privatização está nas mãos de um governo ultraliberal e aberto serviço do imperialismo. Estamos diante de uma situação de vida ou morte do ensino público. Ou pomos em pé um poderoso movimento, ou o “Future-se” incorporará as universidades públicas ao carro chefe das universidades privadas.

“Os professores ficarão ricos”

O governo sabe que conta com uma base de apoio no interior da Universidade: uma casta docente, que já estabelece vários negócios no interior das universidades, atualmente por meio das Fundações, ditas de apoio, e uma camada estudantil já arregimentada pela ideologia do empreendedorismo, presente sobretudo nas empresas júnior. Procura atrair essa camada, e ampliar as ilusões no restante da universitária. Promete premiar financeiramente docentes por negócios, patentes e publicações de destaque. Na apresentação do “Future-se”, o secretário de ensino superior chegou a dizer: “O professor universitário poderá ser muito rico. Vai ser a melhor profissão do Brasil”. É evidente que o acesso a esses recursos será proporcional à capacidade de se curvar diante dos interesses dos capitalistas.

Mas, a submissão não será condição suficiente para se alcançar tal “riqueza”. Os ideólogos bolsonaristas incentivam essas ilusões, dando a entender que, por essa via, a universidade contribuirá para o avanço da ciência, da tecnologia e, portanto, das forças produtivas. O Brasil é um país de capitalismo atrasado, pela lei do desenvolvimento desigual e combinado, nossa burguesia é extremamente débil. Qualquer “doação” terá como finalidade lucros rápidos. E os ramos de interesse do capital monopolista são escassos, uma vez que já contam com suas matrizes imperialistas.

A realidade da imensa maioria dos professores e, principalmente, técnicos, será a da precariedade, das péssimas condições de trabalho, do adoecimento físico e mental. Com um projeto desta natureza, Bolsonaro não precisa decretar o fim das humanidades, pode deixar que agonizem lentamente por falta de recursos. O ministro da Economia, Paulo Guedes já anunciou que não pretende abrir novos concursos para repor o funcionalismo. O futuro projetado pelo governo é de sobrecarga dos atuais servidores, e sua substituição por bolsistas, estagiários, voluntários e terceirizados.

Diante da grande incerteza dos jovens quanto ao seu futuro profissional, o Secretário de Ensino Superior diz: “O jovem vai ser libertado da perspectiva de ter de arrumar um emprego ou prestar concurso público, pois, serão empreendedores e donos dos próprios destinos”. É mais um palavreado. Quer revestir a precariedade e informalidade com a ideologia do empreendedorismo. É prevista no projeto de lei a “criação Dia Nacional do Estudante Empreendedor, a ser comemorado no primeiro sábado depois do dia do trabalhador”. Estupidez como essa mostra o tamanho do governo Bolsonaro e da burguesia que o ampara no poder.

Vínculo com o capital financeiro

A mesma mão que corta os recursos da educação, agora, acena com a promessa de um fundo de R\$ 102,6 bilhões, batizado de “Fundo da autonomia financeira das Ifes”. A composição abarcaria a exploração e venda de imóveis ociosos da União, recursos captados de fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, leis de incentivos fiscais, captação via lei Rouanet, e doações de empresas e indivíduos. Em novas entrevistas, o Ministro já diz que o fundo pode arrecadar bem menos do que a expectativa inicial. Parte do financiamento das universidades dependeria do desempenho das ações na bolsa de valores e da gestão, que o MEC já afirmou que entregará “a quem entende”, ou seja, ao próprio mercado financeiro.

É evidente que as vias de arrecadação de recursos não serão suficientes para sustentar o orçamento das universidades. Neste momento, o governo não colocou em prática a quebra da gratuidade. Mas, fará da crise das universidades o cenário propício para a naturalização da captação de recursos próprios, e, quando encontrar o momento propício, apresentará a proposta de cobrança pelo estudo nas instituições públicas. É necessário compreender que o “Future-se” é uma das peças do plano de privatização e desnacionalização da economia. Não pode ser desvinculado da entrega da Petrobras, da Embraer, de Alcântara, do Pré-sal, etc. A defesa do ensino público, sem dúvida, se dá no terreno da luta anti-imperialista e da independência nacional. Luta essa que deve contar com uma grande mobilização de todo o ensino, juntamente com a classe operária e demais trabalhadores.

Qual a resposta necessária?

É fundamental compreender que o capitalismo vive sua fase de desintegração. Na fase imperialista, o capitalismo não tem mais nada de progressivo a oferecer à humanidade. A

Educação é parte da superestrutura do modo de produção capitalista. Se esse sistema vive tal apodrecimento, a gangrena do tecido social também chega à Universidade. A luta contra o “Future-se” exigirá que rompamos com qualquer ilusão reformista. Não há como salvar a Universidade sem combater o capitalis-

mo decadente. As ilusões nas ações jurídicas e parlamentares perdem, dia após dia, qualquer lastro na realidade. A própria burguesia viola cotidianamente a democracia formal. A aprovação da reforma da Previdência contou com as direções burocratizadas das entidades estudantis e sindicais que entorpecem a juventude e os trabalhadores. Que esta dura experiência seja assimilada, e dê origem a novos caminhos.

Que o dia 13 de agosto expresse a luta de estudantes, professores e técnicos contra a ofensiva privatista de Bolsonaro. O enfrentamento a esse plano destruidor da Educação pública só pode se dar em unidade com a luta por empregos, com a continuidade da greve geral para enterrar a reforma da Previdência, revogar a Lei da Terceirização, a reforma trabalhista, a EC95 e de todas privatizações. O método desta luta só pode ser a ação direta. É necessária uma nova greve geral, mais organizada, por tempo indeterminado. Precisamos furar o bloqueio da política de conciliação de classes, imposto pelas burocracias sindicais e estudantis.

Que sejam construídos e retomados os comitês de luta. Que sejam erguidas as Assembleias Gerais Universitárias, para definir os rumos do movimento e da universidade.

***A luta contra o “Future-se”
exigirá que rompamos com
qualquer ilusão reformista.
Não há como salvar
a Universidade sem combater
o capitalismo decadente.***



Escola de Quadros do POR no Nordeste

Entre os dias 13 e 14 de julho, realizou-se em Fortaleza a Escola de Quadros do POR no Nordeste. A atividade teve por tema os 30 anos da construção do POR (1989-2019), e artigos sobre educação, que constarão da próxima Revista Proletária da Educação. Estiveram presentes camaradas e simpatizantes dos estados onde o partido atua. O encontro mostrou a boa disciplina e a boa preparação nas regionais, malgrado a existência de falhas pontuais.

No primeiro dia (13/07), a formação deu-se em torno do tema dos 30 anos de construção do Partido do Operário Revolucionário, e tomou por base o Jornal Massas Especial nº 590. Os artigos selecionados obedeceram à divisão de 4 eixos: 1) O balanço da evolução programática do POR; 2) O combate ao nacional-reformismo; 3) A intervenção do partido na luta de classes; e 4) O trabalho internacionalista realizado pelo POR. A metodologia constou de uma exposição inicial, seguida da formação de grupos para discutir os temas. Ao final, reuniu-se a plenária para sintetizar as discussões. Constataram-se as seguintes conclusões: Em 1989, a TPOR surgiu em meio ao avanço decisivo da contrarrevolução imperialista (auxiliada pela estalinismo traidor) nos estados operários do Leste Europeu e URSS, via Glasnost/Perestroika; à ofensiva da burguesia sobre as condições de vida das massas com a crise/estagnação dos anos 1980, e em meio à adaptação eleitoral do PT (arrastando atrás de si as correntes centristas), e sua aberta condenação da estratégia da revolução e ditadura proletárias. A adaptação de Causa Operária (hoje PCO) ao eleitoralismo petista, a política de colaboração de classes do lulismo, e a perseguição às correntes revolucionárias no interior do PT foi respondida pelo POR com a defesa firme do programa marxista-leninista-trotskista. O POR se ergueu e se ergue como um partido-programa, aplicando o Programa de Transição às particularidades do Brasil (a caracterização do país, a natureza da revolução, as classes, a táticas etc.), o que o distingue das correntes sem princípio que rejeitam a tarefa de elaborar o programa, substituindo-o por listas de reivindicações e documentos conjunturais. O POR é leninista; se assenta sobre a militância profissional (partido de quadros), e procura penetrar na luta de classes, transformado o instinto de revolta dos explorados (instinto comunista das massas) em programa e organização. O POR, desde seu início, surge vinculado à luta internacional, ao CERQUI, do qual constitui um de seus pilares na luta pela reconstrução do partido mundial da revolução socialista, a IV Internacional.

A discussão na Escola de Quadros permitiu constatar que a força do POR está no seu programa, que vem sendo construído ao longo de três décadas, em condições duras e adversas no interior da luta de classes (etapa embrionária de seu desenvolvimento, isolamento das correntes adversárias, bloqueio da classe operária). Também foram destacados nas discussões os acertos da linha política porista frente aos últimos acontecimentos (Golpe de 2016, Ditadura civil de Temer, pré-bonapartismo de Bolsonaro), e a necessidade de avançar o trabalho de penetração na juventude e no proletariado.

O segundo dia de formação (14/07) esteve dedicado a discutir os textos sobre educação: artigo de G. Lora sobre a unidade teoria-prática, e artigo sobre as medidas do governo Bolsonaro sobre a educação. Quanto ao primeiro texto, após breve exposição e discussão em plenária, ressaltou que a educação é um fenômeno superestrutural; a escola assentada sobre o capitalismo em decomposição inexoravelmente se desintegra, o que explica o fracasso das inúmeras tentativas de reformas da escola atual. Uma nova escola será produto de uma nova sociedade. A escola burguesa não pode se assentar na unidade entre a ciência, o conhecimento e a rica prática dos modernos meios de produção sociais, uma vez que ela, escola, é obrigada a reproduzir a separação entre trabalho intelectual e manual, base da sociedade burguesa. A necessidade de uma educação vinculada à produção social, onde a teoria e a prática se complementem, está em que será a única que permitirá a formação de um novo ser humano, que desenvolva plenamente suas potencialidades. A escola onde a educação e a produção social se combinem como potente instrumento de educação do homem só pode ocorrer com a expropriação da propriedade privada burguesa sobre as indústrias, terras, fábricas, transportes etc., e sua transformação em propriedade coletiva.

Uma nova escola será produto de uma nova sociedade. A escola burguesa não pode se assentar na unidade entre a ciência, o conhecimento e a rica prática dos modernos meios de produção sociais (...)

A discussão do texto sobre os ataques de Bolsonaro à educação ressaltou a ofensiva obscurantista sobre o ensino, o avanço da mercantilização, os cortes orçamentários e a privatização, com projetos de cobrança de mensalidades em cursos de pós-graduações, contratos de professores via CLT, acordos com grupos editoriais para lucrarem com a venda de materiais para educação básica, EaD etc. A vanguarda se depara com a necessidade de fortalecer as lutas que despontam entre trabalhadores e estudantes, único meio de romper as amarras da política de conciliação de classes e impulsionar o choque dos explorados contra os governos e os capitalistas.

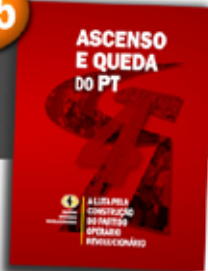
A Escola de Quadros mostrou que a tarefa de elaborar o programa partidário – atividade que nunca cessa – exige a necessária formação dos militantes profissionais, capazes de assimilá-lo e fazê-lo penetrar entre as massas. É preciso ajudar a militância, em especial a juventude, a se elevar ao nível do marxismo-leninismo-trotskismo. A Escola de Quadros cumpriu com seu papel ao discutir teórica e politicamente estes problemas.

Adquira com o distribuidor: **R\$ 35**

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.



XI Escola de Quadros do Litoral Norte-SP

A XI Escola de Quadros do Litoral Norte ocorreu nos dias 27 e 28 de julho. Militantes e simpatizantes do litoral norte de São Paulo, estiveram presentes. A Escola de Quadros do Litoral Norte é uma atividade de formação política, tradicionalmente realizada em julho, e seu objetivo é formar quadros militantes sobre a base do marxismo revolucionário. Neste ano, o estudo se concentrou no livro “Resposta marxista às opressões”, recentemente publicado pelo POR. No primeiro dia, foram discutidos artigos sobre os negros e indígenas; no outro dia, sobre mulher e homossexuais.

Sobre a discriminação racial, fundamentalmente sobre os negros, a plenária expôs as raízes do escravismo no Brasil. Mostrou-se que o racismo se assenta no modo de produção capitalista, que transformou a força de trabalho do negro escravo, no colonialismo pré-capitalista, em força de trabalho assalariada. A população negra constitui a maior parte da classe operária e da maioria oprimida. Também foi colocada a crítica ao reformismo. A tese da inclusão social e das “ações afirmativas”, “reparadoras”, que se apoiam na pequena-burguesia, e procuram amenizar a opressão por meio de medidas ultralimitadas. Trata-se de uma ilusão reformista, pois, o Estado, nas mãos da burguesia, sustenta o domínio de classe e opressão racial.

Em relação às nacionalidades indígenas, a plenária destacou que, desde a colonização, se deu o genocídio das inúmeras etnias. Trata-se de manifestação da opressão nacional. Que as ilusões, por meio do parlamento, poderiam alimentar a garantia na demarcação de terras, conforme aprovado na Constituição de 1988. Mas, a conjuntura atual é de ataques ainda maiores. Colocando-se que a questão indígena, além de revelar a opressão nacional, está intimamente ligada à questão agrária. Será pela unidade de camponeses, indígenas e proletários, que o latifúndio será expropriado e as terras serão nacionalizadas. É nessas condições que o governo operário-camponês garantirá o direito de autodeterminação das nacionalidades indígenas.

Na questão da mulher, foi demonstrado que a raiz dessa opressão se encontra na propriedade privada e na forma da família, como célula econômica das sociedades de classes. Que, para emancipar a mulher, depende da transformação da

propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva. Que, sem a mobilização revolucionária das mulheres proletárias, a revolução não é possível. A tarefa revolucionária consiste em desenvolver a luta das mulheres trabalhadoras, iniciando por suas reivindicações, como parte do movimento geral da classe operária e da maioria oprimida, sob a estratégia da revolução social. É fundamental, nesse processo, elevar a consciência de classe da mulher sobre a opressão que a atinge.

A discussão da opressão sobre os homossexuais mostrou que se trata de uma manifestação odiosa do capitalismo. Apon-tou-se que as correntes reformistas adentram na perspectiva fragmentadora de que a política para este setor dos oprimidos deve ressaltar cada uma das diferenças baseadas nas múltiplas formas de vivenciar a sexualidade. A violência sobre os homossexuais começa com sua rejeição, por ser considerado “antinatural”, e chega até à violência extrema, com os assassinatos. A luta contra a violência sobre a homossexualidade é parte da luta contra toda forma de opressão de classe.

A opressão sobre a mulher, o homossexual, o negro e o índio são reflexos particulares da violência geral, que caracteriza a sociedade de classes. Não se deve perder de vista que somente o programa da revolução proletária responderá a tais particularidades, sem perder o fator comum que une as opressões. A tarefa, para enfrentar o poder da burguesia, consiste em centralizar todos

Para eliminar a raiz de toda opressão, originada na divisão da sociedade em classes, e mantida sob a forma particular do capitalismo, é necessário transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva.

explorados e oprimidos em um só movimento revolucionário. Para eliminar a raiz de toda opressão, originada na divisão da sociedade em classes, e mantida sob a forma particular do capitalismo, é necessário transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva. Esta será uma obra da maioria oprimida, sob a direção da política operária.

A Escola de Quadros, nesse sentido, promoveu um rico debate e permitiu uma importante compreensão dos temas tratados, sob a disciplina revolucionária e foi encerrada com uma saudação coletiva. Ao promover sua formação, o POR luta pelo desenvolvimento de seus quadros e sua elevação à condição de militantes profissionais no sentido leninista, que atuem no seio das massas com o programa da revolução e ditadura proletárias.

Publicado o livro:

REPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da opressão social. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

Ao IV Congresso da CSP-Conlutas

Teses da Corrente Proletária/POR**Situação Nacional**

1. O ponto de partida da situação nacional está marcado pela aprovação da reforma da Previdência. Bolsonaro completou as contrarreformas da ditadura civil de Temer, com a diferença de que o projeto do ministro Paulo Guedes é mais violento. A reforma trabalhista, a previdenciária e a lei da terceirização formam um conjunto de ações, voltadas a aumentar a taxa de exploração do trabalho, e a proteger a classe capitalista, principalmente o capital financeiro.
2. As centrais sindicais manobram com a bandeira de luta contra a reforma da Previdência. Negaram-se a pôr em pé um movimento sob a bandeira de “Abaixo a Reforma da Previdência do Governo e do Congresso Nacional”. A direção burocrática se pôs de acordo em realizar uma greve geral parcial, que não passasse de um protesto. Esvaziou o movimento em seguida. Não trabalhou para organizar a classe operária como espinha dorsal do movimento. Sabotou o descontentamento generalizado dos trabalhadores. Desconheceu que a greve geral por tempo indeterminado tinha de ser o objetivo da luta. Assim, a direção restringiu a revolta dos explorados a protestos isolados uns dos outros. A Câmara dos Deputados aprovou o projeto do governo na mais tranquila paz social. O que foi qualificado por seu presidente, Rodrigo Maia, de vitória da democracia.
3. O mesmo se passou com a greve geral de 28 de abril de 2017. A frente burocrática das centrais se desfez. O movimento foi desarmado, já no 1º de Maio. O Congresso Nacional golpista aprovou a reforma trabalhista, sem que houvesse qualquer resistência dos explorados. Isso quando o governo Temer se achava completamente isolado e sobressaltado pela crise econômica e política. Não pode haver nenhuma dúvida ou vacilação em caracterizar as duas derrotas da classe operária e dos demais oprimidos como resultados de traições políticas. Essa dura experiência marca a situação política, polarizada pela ofensiva da burguesia contra a vida da maioria oprimida. A burocracia tudo fará para conter as tendências de luta que continuam vigentes.
4. O fator determinante da situação política é a luta de classes. O Congresso da CSP-Conlutas deve se esforçar em não se desviar desse fundamento. Desde o golpe de Estado em 2016 e, conseqüentemente, da imposição das contrarreformas, criou-se uma situação favorável à organização da luta da classe operária. As condições da crise econômica e política impulsionaram o movimento de resistência das massas aos ataques da burguesia. Precederam a esse momento, as gigantes mobilizações da classe média, em junho de 2013. O movimento golpista se afirmou desde março de 2015, portanto logo após a posse de Dilma para o segundo mandato. Nesse momento, se iniciou a mobilização da classe média em apoio ao afastamento da presidente petista. As manifestações contrárias ao impeachment também tiveram camadas da classe média como base social. A classe operária, em grande medida, permaneceu à distância. Não viu motivo

para mudar ou manter o governo burguês. Eis por que a divisão no interior da pequena-burguesia pendeu em favor do golpe. A classe operária sentiu a mudança de governo diante das contrarreformas da ditadura civil. Seria por suas reivindicações próprias que se colocaria pela luta política.

5. Diante das contrarreformas de Temer e, agora, de Bolsonaro, a classe operária retomou suas tendências de luta geral. No entanto, a direção burocrática as canalizou para o Congresso Nacional. Os reformistas e burocratas sindicais de direita, centro e esquerda as brecharam e as estancaram diante do parlamento. É o que se passou com a luta contra a reforma trabalhista, e se passa com a da Previdência. A estratégia de defesa da democracia como regime político, portanto, burguês, os leva a retrair o combate, para não se chocar com o Congresso Nacional, e não ameaçar a ditadura de classe da burguesia. As centrais, transformadas em aparatos de partidos burgueses e pequeno-burgueses, constituem-se em instrumentos de contenção da revolta da classe operária. Quando se unem, constituem uma frente burocrática, que se limita a cumprir objetivos particulares dos partidos reformistas e nacionalistas de oposição, bem como de seus próprios interesses corporativos. Está aí por que foram responsáveis pela continuidade da ditadura civil de Temer, e estão sendo do governo fascizante de Bolsonaro. A conciliação de classes tem servido para sustentar a governabilidade, apesar de a crise política se agravar. É obrigatório combater no interior da frente as manobras da direção burocrática e expor os perigos da política colaboracionista.
6. Por cima da frente burocrática, se acha a “frente ampla e democrática” dos reformistas. A derrocada do PT e de aliados, com o impeachment de Dilma, reacendeu a articulação da frente oposicionista. Por essa via, se procura recuperar a força eleitoral e institucional. O descontentamento dos oprimidos e os movimentos são canalizados para esse objetivo. As diretrizes do PT e aliados da Frente Brasil Popular são incompatíveis com os métodos de luta genuínos do proletariado, como a greve geral, ocupação de fábrica, etc. As manifestações de massa sob sua direção se caracterizam por comícios e protestos nos marcos da legalidade. A estratégia de democratização do Estado burguês e de constituição de um “governo democrático e popular”, portanto, burguês reformista, desvia e mutila a revolta geral dos explorados, transformando-a em dia de manifestação. Está aí por que a greve geral não vai além de um dia de protesto. A contenção da luta de classes pelo freio burocrático foi responsável pela vitória do governo, do Congresso Nacional, enfim, da burguesia, contra a luta dos explorados. As tendências de luta permanecem vivas, mas poderão refluir, caso continue a prevalecer a política de conciliação de classes.
7. É fundamental que o Congresso da CSP-C avalie a sua posição diante das manobras da direção das centrais, denuncie a traição da frente burocrática, e se coloque pelo combate à política de subserviência ao Congresso Nacional. Não será

possível dar passos na organização independente da classe operária, sem combater abertamente o reformismo em todas as suas variantes burguesas e pequeno-burguesas. O fracionamento dos sindicatos em várias centrais é, por si só, um indicador de que a burocracia conflui para a sustentação dos interesses da classe capitalista. Apesar de heterogênea não se deve confundir suas variantes de direita, centro e esquerda, nas condições de agravamento da luta de classes, como se passa neste momento, se torna uma só força voltada a evitar que a classe operária se levante com seus métodos revolucionários contra o Estado e a dominação burguesa.

Temos de ter claro que o combate à política de conciliação de classes, a defesa do programa de reivindicações que unifica os explorados e a juventude, e o trabalho em torno aos comitês de luta de frente única são necessários para retomar a luta de classes no patamar alcançado pela greve geral de 28 de abril de 2017.

8. A aprovação da reforma da Previdência pelo Congresso Nacional cumpre um dos principais objetivos do governo Bolsonaro. Com a liquidação de antigos direitos, a burguesia vem descarregando a crise sobre a maioria oprimida. Os explorados se colocaram em posição de resistência, mas não contaram com a fidelidade das direções sindicais, camponesas, populares e estudantis aos interesses dos oprimidos. Depois de duas traições e duas derrotas, as condições políticas para retomar a via da greve geral se tornaram mais difíceis. No entanto, caso a economia não se reanime, o desemprego não diminua, e os salários não melhorem, as massas empobrecidas pressionarão as suas organizações a reagirem. O ataque do governo às universidades, forçando a sua privatização ou semiprivatização, empurrará os estudantes, professores e funcionários a darem continuidade ao movimento que ganhou força em maio. O 57º Congresso da UNE manteve a linha oportunista do reformismo e do nacionalismo. A contar com essa direção, só se podem esperar barreiras à luta independente. Temos de ter claro que o combate à política de conciliação de classes, a defesa do programa de reivindicações que unifica os explorados e a juventude, e o trabalho em torno aos comitês de luta de frente única são necessários para retomar a luta de classes no patamar alcançado pela greve geral de 28 de abril de 2017.
9. A ditadura civil de Temer realizou uma transição entre um governo deposto e um eleito. Cumpriu o objetivo básico de colocar as instituições do Estado no rumo das contrarreformas e da retomada do plano de privatizações. Eis por que o conteúdo político do golpe corresponde ao governo antinacional e antipopular. A eleição de Bolsonaro implicou continuísmo. Por meio da própria democracia formal, as massas foram arrastadas por trás da candidatura de uma das frações burguesas golpistas. A candidatura de Haddad não foi capaz de reverter a desconfiança de uma imensa parcela dos explorados com o petismo. O reformismo, diante da crise econômica, aberta em 2008, voltou-se claramente contra as necessidades da classe operária e demais oprimidos, para proteger os capitalistas e, em particular, os credores da dívida pública. O fracasso da política petista e sua

capitulação diante das pressões do capital financeiro deram margem ao golpe de Estado, diante do qual os reformistas se mostraram impotentes. Nas eleições, se montou a fraude de que a candidatura de Haddad era antifascista. Toda a esquerda participou dessa farsa no segundo turno. O movimento sindical acabou refletindo a política eleitoral do reformismo. Bolsonaro armou a ofensiva antinacional e antipopular e as centrais sindicais canalizaram o movimento das massas para o Congresso Nacional. Ao alimentarem as ilusões democráticas, a burocracia, os reformistas e os centristas mantiveram a classe operária desarmada de sua política revolucionária, diante da necessidade de combater o

governo militarista e fascizante de Bolsonaro. O Congresso da Conlutas tem o dever de avaliar sua posição diante desse processo, e das correntes que dirigem a central.

10. Cumpridas as metas de aprovação das contrarreformas, o governo se lança às privatizações. Não se deve tomar como simples força de expressão do ministro Paulo Guedes de que tudo é privatizável. Está posta em marcha a política ultraliberal, que corresponde às tendências à maior concentração e monopolização do capital. O ultraliberalismo expressa, no país semicolonial, a diretriz pró-imperialista sem atenuantes. Na fase de decomposição capitalista, não há possibilidade de realização do liberalismo econômico. O conteúdo real do chamado ultraliberalismo é o de proteção radical do capital financeiro internacional e das necessidades das potências imperialistas. Depois de o Brasil passar pela experiência do neoliberalismo e do nacional-reformismo, a burguesia nacional se viu na contingência de assumir um governo que retome o neoliberalismo declaradamente ultraliberal. Para se implantar, necessita assumir a forma de governo bonapartista, ou seja, de ditadura policial. Bolsonaro está ainda no início de seu mandato, e enfrenta a crise política, que vem se desenvolvendo desde 2013, ano marcado pelas gigantescas manifestações da classe média. Em sua base, se encontra a decomposição da economia nacional no quadro da crise mundial do capitalismo. O fato de ter conseguido aprovar a reforma da Previdência, e de não ter sido obrigado a enfrentar a resistência das massas por meio da repressão policial, conseguiu passar pela primeira prova da luta de classes. Terá de administrar os interesses das frações burguesas premidas pela persistência da crise econômica, acossadas pelas limitações fiscais do Tesouro, voltadas a equacionar a crescente dívida pública, e preocupadas com a diretriz de Guedes de abertura do País ao capital imperialista. O movimento operário se encontra em total atraso diante da necessidade da luta anti-imperialista. Superar essa debilidade é um imperativo da nova situação, que se abre depois de a burguesia impor as contrarreformas.
11. O reformismo se mostrou incapaz de reagir diante do domínio dos monopólios e das pressões do imperialismo. Adaptou seu governo à dívida pública e ao saque do Tesouro Nacional. Como expressão da política burguesa, o reformismo não tem como se contrapor às privatizações e ao avanço da desnacionalização. O máximo a que chegou

foi implantar as medidas de “conteúdo nacional”, um tipo de protecionismo limitado, que foi varrido por Temer. Bolsonaro pretende ir mais longe, atando o País ao carro da guerra comercial de Trump. Uma vez colocada em prática, resultará na combinação de abertura comercial, fim de qualquer trava de defesa da economia interna, liquidação definitiva de ramos fundamentais, como o de energia, e fortalecimento das multinacionais do agronegócio. O governo não poderá implementar seu plano ultraliberal sem provocar choques interburgueses. O reformismo se vale desses choques para manter a classe operária atada à política burguesa. Em outras palavras, as forças reformistas não têm como desenvolver uma linha de defesa da nação oprimida, apoiada nas massas e contraposta ao governo e à burguesia nacional. O Congresso da CSP-C deve fazer um balanço de sua própria política, diante da questão da independência nacional. Está colocada a discussão e deliberação sobre a constituição de uma frente única anti-imperialista e as suas bandeiras principais.

12. A luta contra o governo antinacional, antipopular, militarista e fascizante de Bolsonaro implica organizar um movimento anti-imperialista. O combate à implantação da reforma trabalhista, previdenciária e da terceirização está na base que qualquer manifestação dos explorados. Uma das omissões criminosas da burocracia sindical e dos reformistas foi a de não organizar a classe operária contra as demissões, que recrudesceram desde 2015. Essa omissão foi preenchida com os acordos de flexibilização capitalista do trabalho, e com subsídios do governo petista às multinacionais. Até mesmo a Conlutas se adaptou a esse imobilismo e aos acordos de demissão negociada. É o que mostra a diretriz da direção do sindicato metalúrgico de São José dos Campos. Essa linha tem de ser modificada, tendo por base o reconhecimento do erro e da adaptação política. O enfrentamento ao governo Bolsonaro e à classe capitalista exige vincular as reivindicações econômicas da classe operária com as bandeiras anti-imperialistas.

Situação internacional

1. A crise mundial, aberta em 2008, levou os Estados Unidos a fazerem uma virada em sua política interior e exterior. Ressaltam o recrudesimento da repressão à imigração e a declaração de guerra comercial. O nacionalismo imperialista expressa o grau avançado da contradição das forças produtivas altamente desenvolvidas com as relações capitalistas de produção monopolistas, bem como com as fronteiras dos Estados Nacionais. O imperialismo norte-americano busca frear as tendências de desindustrialização, próprias da fase imperialista, por meio de uma política de reerguer as barreiras protecionistas. A classe operária, a maioria explorada e os povos oprimidos, portanto, estão diante da crise estrutural do capitalismo. Significa que a burguesia não tem outra via, a não ser destruir parte das forças produtivas, e descarregar todas as violentas consequências sobre as massas.
2. O baixo crescimento, a estagnação e a recessão são a forma como se manifestam as contradições estruturais. Há muito, o capitalismo recompôs suas forças produtivas depois da

vasta destruição provocada pela Segunda Guerra. Contou com o processo de restauração capitalista na ex-União Soviética, Leste Europeu e China, que serviu de válvula de escape à crise mundial. O que resta dessa via é a abertura total à penetração do capital financeiro e a ampla desnacionalização. Para a sobrevivência do capitalismo monopolista, os nacionalismos russo e chinês, baseados na estatização econômica, precisam cair. No Leste Europeu e Turquia, reacendeu o nacionalismo fascizante, que de resto ganha terreno na Europa Ocidental. A potenciação dos nacionalismos corresponde ao choque entre as forças produtivas e os Estados Nacionais.

3. A guerra comercial não se iniciou com Trump. Seu governo tão somente a expôs em forma de política de Estado, nas condições de seu agravamento. Não é por acaso que partiu da mais poderosa potência. A crise de 2008 teve como epicentro os Estados Unidos. Irradiou para todo o mundo. As soluções monetárias e fiscais, de estatização das dívidas dos monopólios e bancos, foram um arranjo provisório para evitar uma catástrofe ainda maior. O movimento de recuperação econômica se mostra limitado. A acumulação parasitária se acha em contradição aguda com as forças produtivas. O que indica a possibilidade de um retorno à crise, estando a economia norte-americana no seu centro. É nessas condições que caiu a “política do multilateralismo” de Obama, e emergiu a do “unilateralismo” de Trump. Tudo indica que avançará o choque do imperialismo com a China. As exigências de Trump à burguesia europeia e japonesa são as de que se alinhem em torno a esse objetivo.
4. Na América Latina, a Venezuela continua como o centro do intervencionismo norte-americano. O arrefecimento da ofensiva da oposição pró-imperialista, depois da fracassada tentativa de Guaidó de provocar um golpe, é provisório. Trump intensificará o bloqueio à economia venezuelana. Um maior debilitamento aumentará a exasperação dos explorados, que suportam a incapacidade do nacionalismo chavista de travar a luta anti-imperialista, por meio do programa de expropriação do grande capital, nacionalização total da exploração do petróleo e estatização do sistema financeiro. A derrocada dos governos nacionais-reformistas possibilitou um maior isolamento da Venezuela. O apoio da Rússia e China se baseia nos mesmos interesses dos Estados Unidos em controlar as riquezas petrolíferas. Em particular, o alinhamento de Bolsonaro à política de Trump pesa em favor do intervencionismo norte-americano. Em contrapartida, Bolsonaro se sustenta no apoio do governo ianque.
5. A investida dos Estados Unidos e de seus lacaios latino-americanos, sob a bandeira da ajuda humanitária e, em seguida, o chamado de Guaidó a um levante militar, colocou à classe operária e demais explorados a defesa do governo Maduro contra o movimento golpista e as ações intervencionistas norte-americanas. Tratou-se da defesa da autodeterminação da nação oprimida. O que não se confunde com a defesa da política burguesa do governo chavista. O nacionalismo concebido por Hugo Chavez está esgotado: ou o proletariado e a maioria oprimida tomam o poder, implantando um governo operário e camponês, ou as forças da reação pró-imperialistas acabarão com o regime chavista. A luta contra

a intervenção dos Estados Unidos e a oposição antinacional se coloca no terreno do objetivo da revolução proletária. Somente o proletariado no poder, aliado com os camponeses pobres, pode romper todos os laços da opressão imperialista e conquistar a completa independência nacional.

6. O nacional-reformismo obscurece e desvia a luta anti-imperialista. Muitas foram as experiências com o programa dos denominados “governos populares”, e com as respectivas “frentes democráticas e populares” e “reformas populares”. Em sua essência de classe, constituem governos burgueses reformistas e nacionalistas, mais ou menos radicais. Os mais afoitos se dizem nacionais e anti-imperialistas. Mas seu anti-imperialismo não chega nem perto dos monopólios e do capital financeiro. Respeitam a grande propriedade, embora se digam defensores da distribuição de renda. O nacional-reformismo se levanta como obstáculo à luta pela derrubada da burguesia do poder e constituição do governo operário e camponês. Essa política reformista exerce uma importante influência nos sindicatos, nos movimentos camponês, popular e estudantil. Não se pode realizar um congresso sindical classista, se não se combater e rejeitar a estratégia burguesa do reformismo, e a consequente política de colaboração de classes. Embora não se deva confundir o sindicato com o partido, pode e deve posicionar-se contra a estratégia do reformismo e a favor da estratégia revolucionária.
7. Diante da ofensiva norte-americana em todo o mundo, em particular na América Latina, as bandeiras, os métodos e a tática anti-imperialistas emergem naturalmente no seio das massas. É obrigatório um posicionamento proletário diante das privatizações, das desnacionalizações, das dívidas públicas, das intervenções militares, dos cercos econômicos, dos acordos que recrudesce a opressão nacional, das medidas de guerra comercial, das tendências bélicas e dos alinhamentos dos governos serviais em torno das disputas interimperialistas. Assistimos ao esgotamento do ciclo de governos nacionais-reformistas na América Latina. O chavismo na Venezuela resiste sem perspectiva de sobrevivência. O massismo na Bolívia está completamente adaptado ao imperialismo. O castrismo em Cuba se bate no caminho da restauração capitalista. O petismo no Brasil foi deposto. No entanto, a política de conciliação de classes continua a ser um obstáculo à independência dos sindicatos e dos movimentos. É fundamental que as massas vejam que, no fundo, os governos nacional-reformistas são impotentes diante do imperialismo, uma vez que se submetem à grande propriedade e à democracia burguesa.
8. Em toda a parte, a burguesia impõe as contrarreformas. Varre antigas proteções trabalhistas e previdenciárias. Substitui-as por medidas violentas de exploração do trabalho. Tamanho retrocesso visa a proteger a taxa de lucro, que tende a cair mais acentuadamente com a crise econômica. O imperialismo pressiona os governos das semicolônias para que sejam duros nas contrarreformas. Ao lado dos interesses dos monopólios, têm de sustentar as gigantescas dívi-

Sem uma direção revolucionária, ficam sujeitos ao aparato sindical, estatizado e degenerado pela direção venal. Constata-se esse quadro em todas as grandes lutas.

das públicas. O Brasil tem sido um exemplo. As “reformas” trabalhista e previdenciária resultam em uma regressão nas condições de existência da maioria oprimida, sem precedente desde que se implantou a CLT. A Argentina está indo pelo mesmo caminho. O México se curva diante das pressões de Trump. Nenhum país deve ficar de fora desse movimento geral de contrarreformas.

9. Não há como a burguesia liquidar conquistas e agravar as condições de exploração do trabalho sem se chocar com a classe operária e demais oprimidos. Assim se vem passando, tanto nas potências, quanto nos países de economia atrasada. Na Europa, destaca-se a luta de classes na França. Na América Latina, no Brasil e Argentina. Nota-se que os explorados se veem obrigados a se unirem e a recorrerem a métodos avançados da luta de classes, como a greve geral, bloqueios e tomadas de regiões urbanas. Deparam-se com verdadeiros Estados policiais. A burguesia já não pode sustentar a máscara da democracia. Seus governos se tornam mais e mais autoritários. Recrudescem as tendências bélicas, sublinhadas pelos ataques comerciais ao Irã e pela renúncia unilateral aos acordos de desarmamento nuclear. Aparece, à luz do dia, o enorme aparato de repressão sobre as massas, aperfeiçoado pelas democracias do pós-guerra. O fascismo, que parecia ter sido relegado ao passado, desponta como uma via possível de ser utilizada pela burguesia. Já se manifesta visivelmente na Europa Ocidental. A ofensiva da reação norte-americana,

sob a condução de Trump, potencia a direita autoritária e fascizante. Na América Latina, o Brasil se tornou o carro chefe da direitização pró-imperialista das burguesias nacionais, e de camadas fascizantes da pequena-burguesia. Tudo indica que a polarização das classes continuará a empurrar a

burguesia para o fortalecimento do Estado policial.

10. O reformismo partidário e o burocratismo sindical amortecem a polarização, e desviam o curso revolucionário do proletariado para a democracia burguesa putrefata. Nas condições de agravamento da luta de classes, isso leva a traições. Atuam para arrefecer as tendências de luta dos explorados, que recorrem a seus métodos próprios de enfrentamento com os exploradores. Sem uma direção revolucionária, ficam sujeitos ao aparato sindical, estatizado e degenerado pela direção venal. Constata-se esse quadro em todas as grandes lutas. No Brasil, a frente burocrática, constituída por inúmeras centrais, acaba de submeter o movimento, que se choca com as contrarreformas, ao parlamento. O que tem transcendência para a luta de classes nos demais países latino-americanos. O que obstaculiza a unidade continental dos explorados, diante da ofensiva dos Estados Unidos e da direitização fascizante dos governos. O que retarda a organização independente do proletariado.
11. É imprescindível reconhecer e entender, nas condições particulares da situação mundial, a crise de direção. Os explorados têm reagido e resistido como podem aos efeitos da decomposição do capitalismo. Via de regra, têm sofrido derrotas. Mesmo assim, as lutas retardam o avanço dos ataques da burguesia. As derrotas não têm sido decorrentes

da correlação de forças nos enfrentamentos. Resultam da política das direções, que desviam e bloqueiam a evolução dos combates e da organização das massas em seu terreno próprio de classe. Essa situação não é apenas conjuntural. Deita suas raízes na profunda revisão, desfiguração e liquidação das conquistas das revoluções proletárias, a começar pelas conquistas da Revolução Russa, que rompeu um elo da cadeia de dominação imperialista. O processo de restauração capitalista se iniciou com a degeneração dos partidos estalinizados, que assumiram a linha do socialismo nacional. Houve uma devastação mundial, de tal monta que o programa e a ideologia revolucionária do proletariado foram erradicados do seio dos explorados. A sua organização mundial desabou, com a liquidação da III Internacional. E o revisionismo e o divisionismo centrista impossibilitaram a continuidade da construção da IV Internacional. Chegamos ao ponto em que o destacamento consciente luta por reconstruir a direção revolucionária, ou se tornará cada vez mais difícil combater o retrocesso histórico que abre caminho para a volta do fascismo. Como dissemos, não é porque a organização sindical seja distinta do partido, que não deva compreender a fundo em que momento se encontra a luta de classes e as tarefas necessárias que o proletariado tem de encarnar. Somente uma direção que se compenetre do internacionalismo revolucionário pode emancipar os sindicatos da burocracia pró-capitalista e expulsar o reformismo das fileiras dos explorados.

Balanco Político

1. Entendemos que o balanço deve partir da traição e derrota da luta contra a reforma da Previdência. Não se pode minimizar, secundarizar ou dissolver essa caracterização. A crítica à burocracia traidora tem de ser clara, aberta e direta. A direção da CSP-C não agiu dessa forma, apesar de fazer referências nesse sentido, e assinalar o caminho da greve geral. Quer dizer que viu e viveu a traição como parte da frente burocrática, comandada pela CUT e Força Sindical, evidentemente apoiadas na CTB, CGTB, etc. Essa direção cumpriu o papel de correia de transmissão da política do PT, PCdoB, Solidariedade, PDT e PSB. Em última instância, serviu ao PT.
2. É imprescindível determinar a natureza burocrática da frente. Confundir essa composição com uma frente única classista, leva a graves distorções e erros. Na sua aparência formal, a frente burocrática é classista, uma vez que nela estão presentes organizações dos trabalhadores. No conteúdo, ou seja, na essência, porém, é uma frente de colaboração de classes. A estratégia de colaboração foi anunciada pelo Paulinho da Força, no 1º de Maio Unificado, quando defendeu que o movimento deveria pressionar o Congresso Nacional a “desidratar” a reforma de Bolsonaro. Trocando em miúdos, definiu o objetivo de colaboração de classes. Os explorados, assim, seriam mobilizados para apoiar a oposição e uma franja de aliados a promoverem alterações, por meio de emendas, no projeto original de Bolsonaro-Guedes. A direção burocrática não rechaçou a linha apresentada pela Força Sindical e Solidariedade, tendo como porta voz o deputado Paulinho. Para quem conhece o histórico dos dirigentes, estava prevista a traição. E, portanto, era preciso combatê-la no nascer da luta.
3. A linha desenvolvida pela frente burocrática foi a de denunciar o governo e convocar as manifestações e a greve geral de 14 de junho contra a sua reforma. O que em princípio pareceu bem. Mas, estava previsto não fazer o mesmo com o Congresso Nacional. O movimento não poderia ganhar uma dimensão tal que identificasse a Câmara Federal com a contrarreforma de Bolsonaro-Guedes. A greve geral foi sabotada por uma parte das centrais e respectivos sindicatos, a exemplo do transporte urbano e metalúrgicos de São Paulo. Não se fez uma ampla organização e convocação. A sua limitação serviu para se dizer que a classe operária não estava tão disposta à luta como em 28 de abril de 2017. Nada mais foi feito para manter a mobilização. A Câmara dos Deputados havia tomado para si a reforma, apresentando a farsa de que as alterações davam conta de tornar a Previdência mais justa. Na verdade, as alterações serviram para consolidar uma maior unidade burguesa ao redor da reforma. A manifestação em Brasília, liderada pela UNE, ocorreu depois da votação, num gesto fúnebre, apesar do palavreado e da festividade. A traição foi concluída com a subordinação do movimento, iniciado no 1º de Maio unificado, ao jogo parlamentar e à votação esmagadora de 10 de julho. A política reformista tem por fundamento colaborar para o funcionamento do Congresso Nacional, mesmo quando esteja aprovando reformas tão violentas contra a maioria oprimida.
4. A CSP-C não se constituiu como um instrumento de combate contraposto à frente burocrática. Pintou a unidade das centrais com as cores de uma frente única classista inexistente. Manteve-se centralizada pela estratégia da burocracia cutista, forcionista, cetebista, etc. Não se lançou a ações concretas, contra o objetivo das centrais de apoiarem a oposição, que fazia discurso radical contra penalizar os pobres, mas que participava da farsa da negociação das emendas, e não convocava a greve geral. Os eunucos opositores no Congresso Nacional ao governo Bolsonaro se valeram do movimento, mas nada fizeram para impulsioná-lo, o que exigia denunciar o parlamento como uma cova da burguesia, de onde somente sairia a destruição das condições elementares de existência dos explorados. A oposição, auxiliada pela frente burocrática, mediu bem seus passos, de acordo com a métrica eleitoral, muito claramente exposta por Paulinho da Força. Sem dúvida, não havia outra possibilidade de frente. Era um imperativo exigir das centrais, que fragmentam a organização da classe operária, a constituição de um movimento unitário contra a reforma. Não era imperativo, porém, se submeter à política derrotista. Era tão imperativo quanto defender a unidade das centrais, a luta no seio do movimento pela frente classista, em contraposição à frente burocrática.
5. Nada do que se fale e se aprove no Congresso da CSP-C servirá à luta dos explorados sem uma discussão crítica sobre o balanço da traição. Nesse sentido, é necessário verificar a relação entre o que se passou com o movimento contra as reformas de Temer, e o que se passa agora contra a reforma da previdência de Bolsonaro. Em abril de 2017, as centrais

e movimentos se viram na contingência de mobilizar suas bases. A jornada desse mês concluiu com a greve geral do dia 28. A classe operária mostrou sua força, ao paralisar boa parte do País. A luta dirigia-se contra o governo golpista. Em seguida, as centrais desmantelaram a jornada de abril. Não se falou mais de greve geral. A ordem foi a de esperar o resultado da votação no Congresso Nacional. A reforma trabalhista, assim, foi aprovada, com os explorados totalmente desmobilizados. Esse acontecimento mostrou o método usado pela burocracia para trair os interesses da classe operária. Método esse ditado pela política burguesa de subordinação da revolta das massas ao Congresso Nacional. Nota-se que a CSP-C não assimilou criticamente essa experiência. O que expressa uma adaptação ao burocratismo sindical.

6. O que se passou com a luta contra o fechamento da Ford em São Bernardo do Campo tem uma importância particular. Os metalúrgicos ficaram isolados, à mercê do jogo dos burocratas. A traição acabou levando a resistência passiva e manietada à derrota. Faz parte de uma série de medidas de proteção aos lucros das montadoras. A CSP-C se deparou com a reestruturação da GM, que impôs acordos de flexibilização capitalista do trabalho. O sindicato metalúrgico de São José dos Campos assinou acordos do mesmo tipo que os do sindicato metalúrgico do ABC. Tirando as manobras de assembleias, o resultado é o mesmo: as multinacionais violaram direitos trabalhistas e rebaixaram os salários. Trata-se de um movimento geral dos capitalistas, que concluíram com a reforma trabalhista, terceirização e, neste momento, com a da Previdência. Os sindicatos corporativos e a fragmentação em uma dezena de centrais têm sido incapazes de se contraporem ao movimento geral do capital com o movimento geral da classe operária. O fechamento da Ford, diante do mais poderoso sindicato operário do País, é um sintoma que evidencia até que ponto chegou a putrefação das direções sindicais, e o peso negativo da ausência de uma direção classista. A ruptura da CSP-C, liderada pelo PSTU e aliados (correntes do PSOL, principalmente) teve como justificativa a burocratização e a necessidade de uma central classista. Os fatos nos deram razão, quando afirmamos que tal divisão correspondia a interesses corporativos. A CSP-C não esteve à altura, sequer de combater os acordos de demissão. Omitiu-se flagrantemente diante do acordo anti-operário de fechamento da Ford. A atitude de não se confrontar com os burocratas traidores expressa a divisão corporativa, que imobiliza a classe operária diante do movimento geral dos capitalistas, de descarregar a crise sobre a maioria oprimida.
7. A queda no crescimento, a recessão e, agora, o baixo desempenho resultaram em demissões em massa, e o desemprego explodiu. Desde 2015, a situação da classe operária vem se agravando. A burguesia aproveitou o excesso de força de trabalho para impor “acordos” lesivos aos trabalhadores e rebaixar os salários. As centrais, e respectivos sindicatos, não organizaram a resistência. Ao contrário, assemelharam a pressão dos exploradores, e se adaptaram ao receio dos explorados de perderem o emprego. A ausência de luta, quando mais se necessitava, teve e tem um custo alto para os assalariados. Desarmados de seu programa,

sem empunhar coletivamente as bandeiras de emprego, e sem reagir às demissões em massa, a maioria oprimida não pôde reagir ao golpe de Estado que derrubou o governo de Dilma Rousseff. Instalou-se uma ditadura civil, que cumpriu a tarefa de pôr em marcha as contrarreformas. Acima, expusemos a traição da burocracia. Interessa assinalar que a CSP-C não deu o combate quando deveria dar, seguindo a inércia geral das frações burocráticas, e tendo de fazer acordos anti-operários em São José dos Campos. Errou terminantemente ao negar a existência de um golpe de Estado e a instalação da ditadura civil de Temer. E acabou se colocando no mesmo terreno do reformismo, com a bandeira de “Fora Temer” e “Eleições Gerais”. Nesse processo, o governo golpista passou a promover o plano de privatizações. As centrais simplesmente não deram um só passo para organizar a luta contra a desnacionalização. Foi fácil, aos donos da Embraer e ao governo, entregarem a empresa a Boeing. As privatizações se tornaram corriqueiras, quando expressam o avanço do domínio imperialista sobre o País. A burocracia sindical se nega a mobilizar os explorados sob as bandeiras anti-imperialistas, e a organizar uma frente única anti-imperialista. Para fazer um balanço político sério, é preciso evidenciar a subserviência das direções aos monopólios.

8. Não se pode desenvolver uma política classista e revolucionária se não se luta pela centralização do movimento dos trabalhadores e pela democracia proletária. A existência de uma dezena de centrais é um obstáculo a esse objetivo. Reforça o corporativismo, a um ponto de negar os sindicatos como organismos de massa. Não por acaso, a maioria dos assalariados não vê os sindicatos como meio de organização classista, e de defesa coletiva diante da brutal exploração. A desconfiança generalizada das bases em suas direções tem motivos concretos. Constituiu-se uma casta de sindicalistas, que vive profissionalmente da arte de colaborar com os exploradores. O governo de Lula favoreceu o divisionismo, com a regulamentação das centrais, e com o imposto sindical. No Brasil, a classe operária teve diuturnamente dificuldade de se organizar em uma central, embora tenha tentado, desde o início do século passado. A descompressão social e política, ocorrida com o fim da ditadura militar, permitiu a criação da CUT. Nasceu impulsionada pelas greves e pelo desmoronamento do intervencionismo militar. A sua estatização chegou ao auge no governo de colaboração de classe. As forças burocráticas centrífugas, impulsionadas pelos vínculos das direções com as diversas variantes da política burguesa e pequeno-burguesa, fragmentaram o processo de centralização, e praticamente eliminaram a democracia operária nascente. A CSP-C é parte desse enorme divisionismo aparelhista. Não poderia, portanto, servir à luta pela centralização democrática do movimento operário. Nestes anos de existência, não se constituiu em uma fração revolucionária, antiburocrática e democrática. Os aspectos anteriores do balanço político comprovam essa conclusão. O Congresso deve se debruçar nessa avaliação crítica, considerando que a CSP-C reúne a mais avançada vanguarda classista. Trata-se de retomar a defesa de uma única central, classista, independente e democrática.

Plano de ação

1. O governo Bolsonaro teve êxito em aprovar a reforma da Previdência. Mas, despertou uma aversão generalizada dos explorados. Certamente, ainda conta com apoio de uma camada da classe média. A crise econômica e social se encarregará de ampliar ainda mais o descontentamento da classe operária e dos demais oprimidos. As traições e derrotas sofridas pelo movimento das massas não sufocaram as tendências instintivas de luta do proletariado. A bandeira “Fora Bolsonaro” é eleitoral. O Congresso deve se posicionar pela bandeira “Abaixo o governo militarista, antinacional e antipopular, de Bolsonaro”. O conteúdo é claro e pressupõe a luta contra o governo pró-imperialista e fascizante no terreno da ação direta. Materializa a bandeira de “Não ao alinhamento do Brasil com os Estados Unidos”! “Não ao alinhamento com qualquer potência imperialista”!
2. Responder ao parasitismo financeiro, que suga o sangue do país por meio do pagamento dos juros e amortizações, realizado por meio de ataques e cortes aos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários: pelo não pagamento da dívida pública e pela estatização sob controle dos trabalhadores de todo o sistema financeiro.
3. Responder às demissões em massa, ao desemprego e subemprego. Aprovar as bandeiras: “Emprego não se negocia, defende-se com luta”; “Ocupar as fábricas diante das demissões em massa”. Realizar uma campanha pela “redução da jornada de trabalho, sem reduzir os salários” e implantação da “escala móvel das horas de trabalho”. Constituir os comitês de defesa dos empregos, unindo empregados e desempregados. Fazer um chamado às centrais, aos sindicatos e movimentos populares: “Por uma luta unitária em defesa dos empregos”; diante de 30 milhões de desempregados e subempregados: “Redução da jornada sem redução salarial”.
4. Responder à destruição de direitos trabalhistas e previdenciários. Revogação da reforma trabalhista, previdenciária e da lei da terceirização. Essa bandeira se concretiza por meio da luta contra o desemprego e o subemprego. A defesa de “Fim da terceirização” e “Volta da contratação direta” é o ponto de partida de um movimento para pôr abaixo a reforma trabalhista e da Previdência.
5. Responder ao rebaixamento salarial. Pelo fim dos acordos de redução salarial. Pela reposição das perdas salariais. Por um salário mínimo vital, calculado de acordo com as necessidades reais da família trabalhadora.
6. Responder às privatizações e à desnacionalização com a bandeira de “Reestatização sem indenização, sob o controle operário da produção. Em particular, responder à entrega da Base de Alcântara aos Estados Unidos. Está colocada a defesa da economia nacional, sob as bandeiras de “Nenhum acordo com o imperialismo que leve à desindustrialização e à desnacionalização”!
7. Responder aos ataques contra a educação pública. Fim do sistema privado de educação! Por um sistema único, público, vinculado à produção social, sob o controle de quem estuda e trabalha. Fim do controle e influência sobre a educação pelas igrejas! “Total liberdade de ensino, expressão e

manifestação”! “Não à militarização das escolas!” “Não ao obscurantismo religioso e anticientífico”.

8. Responder à discriminação e violência contra a mulher, homossexual, negro e indígena. Unir em um só movimento as respostas contra as opressões. “Fim da discriminação na contratação, no emprego e no salário”; “Proteção à maternidade!” “Fim da dupla jornada!” “Igualdade de direitos civis ao homossexual”! Emancipação da mulher da escravidão do lar! “Erradicação do racismo”! O fim das opressões virá com o fim da propriedade privada dos meios de produção e da sociedade de classes. Toda opressão é de classe! Na luta contra a discriminação e a violência, é necessário distinguir a concepção proletária das opressões da concepção burguesa e pequeno-burguesa.
9. Responder à precarização das condições sociais de existência da maioria oprimida. Defesa de um sistema único de saúde, público, sob o controle operário. Que os governos regularizem as ocupações de terras. Que o poder público se responsabilize pela construção de moradias aos sem-teto. Fim dos despejos. Expropriação de todas as áreas e prédios, que servem à especulação imobiliária, sem indenização.
10. Responder ao agravamento das condições dos camponeses.

O Congresso deve se posicionar pela bandeira “Abaixo o governo militarista, antinacional e antipopular, de Bolsonaro”.

ses. Pela retomada do movimento de ocupação de terras. Revogação das medidas de Temer contra a reforma agrária. Combater a ofensiva de Bolsonaro contra camponeses e indígenas. Nenhuma revogação das demarcações de terras. Que as nacionalidades indígenas determinem seu próprio território. Pelo direito real à autodeterminação das nacionalidades indígenas. Expropriação e nacionalização dos latifúndios.

11. Responder à violência capitalista contra os oprimidos do campo. Constituição de um tribunal popular para apurar os assassinatos de camponeses e indígenas. Direito ao armamento coletivo e à autodefesa dos camponeses e indígenas. Pela formação dos comitês camponeses e indígenas. Fim das milícias dos latifundiários.
12. Responder à ausência do direito de greve. Fim de toda legislação que viola o direito de greve e manifestação dos trabalhadores. Fim das perseguições e prisões àqueles que lutam e organizem os movimentos. Total liberdade de organização sindical. Por sindicatos classistas, baseados na democracia operária.
13. Responder à dominação imperialista e à submissão da burguesia brasileira com a bandeira de independência nacional, lutando com total independência de classe, a partir das reivindicações próprias das massas, seus métodos de luta de classes, e sob a estratégia de poder próprio das massas, que é o governo operário e camponês, o qual será erguido por meio da revolução proletária (fim da propriedade privada dos meios de produção, sua expropriação e coletivização, destruição do Estado burguês, construção do poder próprio das massas, assentado em suas organizações independentes, e sob a democracia operária).

Nesta edição:

- **Bolívia:** Evo se ajoelha perante Bolsonaro.
- **Guerra Comercial.**
- Apontamentos sobre a História do Partido Bolchevique.

Artigos das Seções
Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional

Bolívia

Evo se ajoelha perante Bolsonaro



Trata-se de um ato de covardia e deslealdade com aqueles que são ou foram seus aliados, e de subordinação a Bolsonaro, com o objetivo de fazer com que a Bolívia ingresse no Mercosul.

O ultrarreacionário presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, condicionou a possibilidade da Bolívia se incorporar como membro pleno do Mercosul à proibição de Evo Morales participar da reunião anual do Fórum de São Paulo, que ocorrerá em Caracas, na Venezuela.

Bolsonaro acrescentou – com toda razão – que Morales está “dando sinais” de afastar-se de seus aliados ideológicos da esquerda, e que isso se confirmou na expulsão do italiano Césare Battisti, acusado de terrorismo na Itália e protegido por Lula, o ex-presidente brasileiro.

Evo é um lacaios da burguesia e do imperialismo. Seu su-

posto “esquerdismo” se dilui a cada dia que passa.

Morales não viajará a Caracas. O chanceler Diego Pary confirmou que somente uma delegação boliviana, integrada por dirigentes de organizações sociais vinculadas ao MAS, estará presente no 25º encontro do Fórum de São Paulo. A delegação boliviana será liderada por Juanita Ancieta, executiva das Bartolinas, e secretária de relações internacionais do país.

No passado, Evo participou de quase todas as reuniões do Fórum, que pretende ser um espaço de “resistência” às ideias capitalistas e pró-imperialistas, fundado por Lula, em 1990. Está conformedo por 70 partidos da esquerda reformista, entre eles o MAS.

Trata-se de um ato de covardia e deslealdade com aqueles que são ou foram seus aliados, e de subordinação a Bolsonaro, com o objetivo de fazer com que a Bolívia ingresse no Mercosul.

O Mercosul está em pleno trâmite para concretizar um tratado de livre comércio com o Mercado Comum Europeu, e busca também negociar outro com os Estados Unidos, quer dizer, ressuscitar a ALCA.

Trata-se da política neoliberal de abertura comercial totalmente desigual, entre os países oprimidos semicoloniais e os países ricos exploradores imperialistas.

Política que concluirá destruindo as escassas indústrias dos nossos países capitalistas atrasados, e contra a qual se pronunciaram os supostos antineoliberais no passado recente.

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS**

Nova fase na guerra comercial

Em 1º de agosto, após a reunião fracassada entre China e EUA, em Xangai, Trump decidiu impor novas tarifas aos produtos chineses, no valor de US\$ 300 bilhões (R\$ 1,19 trilhão). Como retaliação, o Banco Popular da China (PBOC) decidiu depreciar a moeda chinesa em 1,14%, passando a barreira de 7 yuanes por dólar.

Esses ataques e contra-ataques provocaram uma queda generalizada nas bolsas de valores da Ásia (a Bolsa de Valores japonesa caiu 1,74%), que logo passou às europeias (Londres e Paris caíram mais de 2%; Frankfurt, 1,8%, e Madri e Milão, 1,3%) e, em seguida, Wall Street sofreu o pior dia do ano: o Dow Jones fechou com queda de 2,9%, e o S&P500, de 2,98%. Calculam-se as perdas nos EUA na ordem de US\$ 117 bilhões.

Trump acusou a China de “manipular sua moeda”, visando a enfraquecer a economia norte-americana, e de atacar a “ordem econômica mundial”. A China acusou os EUA de “deliberadamente destruir a ordem internacional”, com “unilateralismo e protecionismo”. O certo é que o yuan mais barato significa que os produtos chineses, denominados em dólares, se tornam mais baratos. O problema para os Estados Unidos está em que, da noite para o dia, as exportações chinesas ficaram mais baratas, e as importações mais caras. A medida política do governo chinês pretende, por essa via, alavancar os intercâmbios comerciais com produtores de commodities agrícolas e matérias-primas, concorrentes dos produtos norte-americanos. E poderá ainda atrair novos investimentos, ao reduzir o preço da força de trabalho interna, em relação ao preço da força de trabalho mundial. De maneira que a desvalorização artificial do yuan pelo governo chinês entra na cena da economia mundial como fator de agravamento dos choques mundiais.

O essencial do conflito reside em que a planificação econômica, o monopólio do comércio exterior e a propriedade estatal dos meios de produção, sob o controle da casta burocrática chinesa, travam o expansionismo do capital financeiro. E isto, apesar da casta governante ter dado passos decisivos na restauração capitalista no país.

Ocorre que, no quadro de agravamento da crise de superprodução de valores e de estreitamento do mercado mundial, tendo por lei fundamental a queda da taxa dos lucros monopolistas, os passos dados na restauração já não são suficientes. A burocracia deve ceder seu controle sobre a economia nacional e submetê-la aos ditames do imperialismo; ou terá de ser derrubada.

Quanto mais avança a guerra comercial, mais se potencializam as contradições entre as fronteiras nacionais, erguidas sobre a propriedade privada monopolista dos meios de produção das potências capitalistas, de um lado, e a propriedade estatal, produto das revoluções proletárias, de outro. É em meio a essa contradição fundamental que se processa a luta por uma nova partilha do mundo entre as frações da burguesia imperialista. Potenciam-se, nessas condições, as tendências de solução do



O essencial do conflito reside em que a planificação econômica, o monopólio do comércio exterior e a propriedade estatal dos meios de produção, sob o controle da casta burocrática chinesa, travam o expansionismo do capital financeiro.

impasse mundial pela via da força. Há mais de cinco anos, se constata o crescimento do armamentismo e militarismo dos Estados envolvidos nas disputas mundiais. Trump nada mais é que a personificação da necessidade do capitalismo monopolista norte-americano, de pôr de joelhos a burocracia proveniente do estalinismo, e avançar no controle dos recursos e forças produtivas em todo o mundo.

Essa perspectiva coloca à luz-do-dia a necessidade do proletariado chinês recuperar sua organização independente, e romper o bloqueio burocrático-ditatorial, que aborta sua poderosa força social, a única capaz de estancar o processo de restauração burguesa e retomar as transformações socialistas da revolução proletária, que, em 1º de outubro de 1949, derubou o governo burguês. O que exige da vanguarda mundial ajudar a elevar sua consciência de classe, com o programa da revolução política. Nas potências imperialistas, a classe operária está obrigada a combater a burguesia e seus governos. Nota-se que as condições objetivas favorecem o avanço da vanguarda no seio do proletariado, com a condição que empunhe sua estratégia própria. Trata-se, portanto, de forjar os partidos revolucionários nacionais, e pôr em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista.

Adquira com o distribuidor de Massas:

SOCIALISMO OU BARBARIE

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.

R\$ 35

SOCIALISMO OU BARBARIE

A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA NA ÉPOCA DO CAPITALISMO EM DECOMPOSIÇÃO



Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

No Jornal Massas 591, expusemos a conclusão de Lênin sobre a falência da II Internacional e a necessidade de constituir a III Internacional. Entre fevereiro e março de 1917, a Rússia foi tomada pelo movimento revolucionário, que derrubou a monarquia. As teses de Lênin sobre a guerra imperialista e a sua luta contra o socialchauvinismo, que tomou conta da socialdemocracia, assumiram uma força material até então questionada pelos revisionistas do internacionalismo marxista. O choque entre o pacifismo burguês e o proletário se fez presente no movimento das massas russas, que se lançaram contra a política de guerra da monarquia.

Assim que Lênin teve notícias sobre a revolução democrática de fevereiro, e sua continuidade em março, se pôs a escrever um “Projeto de Teses”, onde caracteriza o novo governo como burguês. Recomenda aos bolcheviques que não o apoiassem, mantendo-se fieis “ao internacionalismo e não sucumbir diante da falsa fraseologia burguesa, destinada a enganar o povo com discursos sobre ‘defesa da pátria’, da atual guerra imperialista e rapina”.

Baseado na experiência da luta proletária na derrotada revolução de 1905, sublinha a necessidade de “organizar soviets de deputados operários e armar o proletariado”. E formula a estratégia programática: “Somente um governo operário, que se apoie, primeiro, na esmagadora maioria da população camponesa, nos trabalhadores agrícolas e nos camponeses pobres; e segundo, na aliança com os operários revolucionários de todos os países em guerra, poderá dar ao povo paz, pão e plena liberdade.”

Esse programa, tática e tarefas, sintetizados no Projeto de Teses, de 2 de março de 1917, guiarão os bolcheviques no seio do movimento revolucionário, que culminará com a tomada do poder pelo proletariado, em outubro de 1917. O longo enfrentamento à fração oportunista no interior da socialdemocracia russa se combinou com a feroz batalha nos quadros da socialdemocracia europeia, em particular, contra a sua força mais potente, que era a alemã.

No início desse ano, a guerra imperialista já havia demonstrado às massas a forma devastadora das potências disputarem os mercados, as fontes de matérias-primas e as posições militares estratégicas. O proletariado, os camponeses e os soldados russos passaram a se mover no sentido do programa bolchevique. As análises, teses e críticas de Lênin ao socialismo burguês e pequeno-burguês se ergueram em meio às ruínas da guerra e à polarização da luta de classes. O pacifismo, que servia à causa das potências, desabava, e a bandeira de

transformar a guerra imperialista em guerra civil se edificava.

Lênin avaliou que chegava a hora de voltar à Rússia. Colocou-se a redigir as “Cartas de Longe”. O proletariado e as massas camponesas reatavam os elos das “tremendas batalhas de classes de 1905 a 1907”. A diferença estava em que, desta vez, a revolução democrática saiu vitoriosa. Não se podia desconhecer a influência decisiva da guerra imperialista, que havia inaugurado a 1ª Guerra Mundial. Confirmava, assim, as previsões de Lênin em sua luta contra o oportunismo socialdemocrata. Os revisionistas do marxismo vinham combatendo a premissa leninista de transformar a guerra imperialista em guerra civil, atacando-a como se fosse uma “quimera”.



“Somente um governo operário, que se apoie, primeiro, na esmagadora maioria da população camponesa, nos trabalhadores agrícolas e nos camponeses pobres; e segundo, na aliança com os operários revolucionários de todos os países em guerra, poderá dar ao povo paz, pão e plena liberdade.”

As massas, que pagavam um preço alto pela derrota do exército russo, e os soldados, que aprendiam no campo de batalha o que era a guerra imperialista, assumiram a bandeira bolchevique de que a verdadeira paz somente poderia ser obtida caso o proletariado e os camponeses unidos tomassem o poder, e constituíssem o governo operário. Ao contrário, a paz imperialista resultaria em maior opressão, e prepararia novos conflitos entre as nações.

Lênin alerta que o governo burguês que saiu da revolução não podia cumprir a reivindicação do povo, de paz, pão e liberdade. Afirma: “Não pode dar a paz, porque é um governo belicista, um governo de continuidade da matança imperialista, um governo de rapina, empenhado em saquear a Armênia, Galícia e Turquia, em anexar Constantinopla, reconquistar a Polônia, Curlândia, Lituânia, etc.”.

As formulações do Projeto de Teses e as da primeira Carta de Longe (7 de março de 1917) foram fundamentais para combater as posições favoráveis ou propensas a apoiar o governo burguês, e para desenvolver a estratégia da constituição de um governo operário, em aliança com o campesinato pobre.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXIV, Akal Editor)